

Municípios

A Revista da Associação Paulista de Municípios **DE SÃO PAULO**



RETOMA SP:
Governo libera
mais de R\$ 32 mi
para obras e
programas na
região de
Rio Preto

TURISMO:
Pandemia
prejudicou,
mas não parou
o Turismo de
São Paulo

**PLATAFORMA
DIGITAL
PDUI**

**CIDADE
DESTAQUE**
Jundiaí

#SPpraTodos

**COP 26: São Paulo e Governo Alemão
firmam parceria para Plano de Ação
Climática Paulista**



GOVERNO DE SÃO PAULO
APRESENTA

A ESCOLA TÁ DE VOLTA

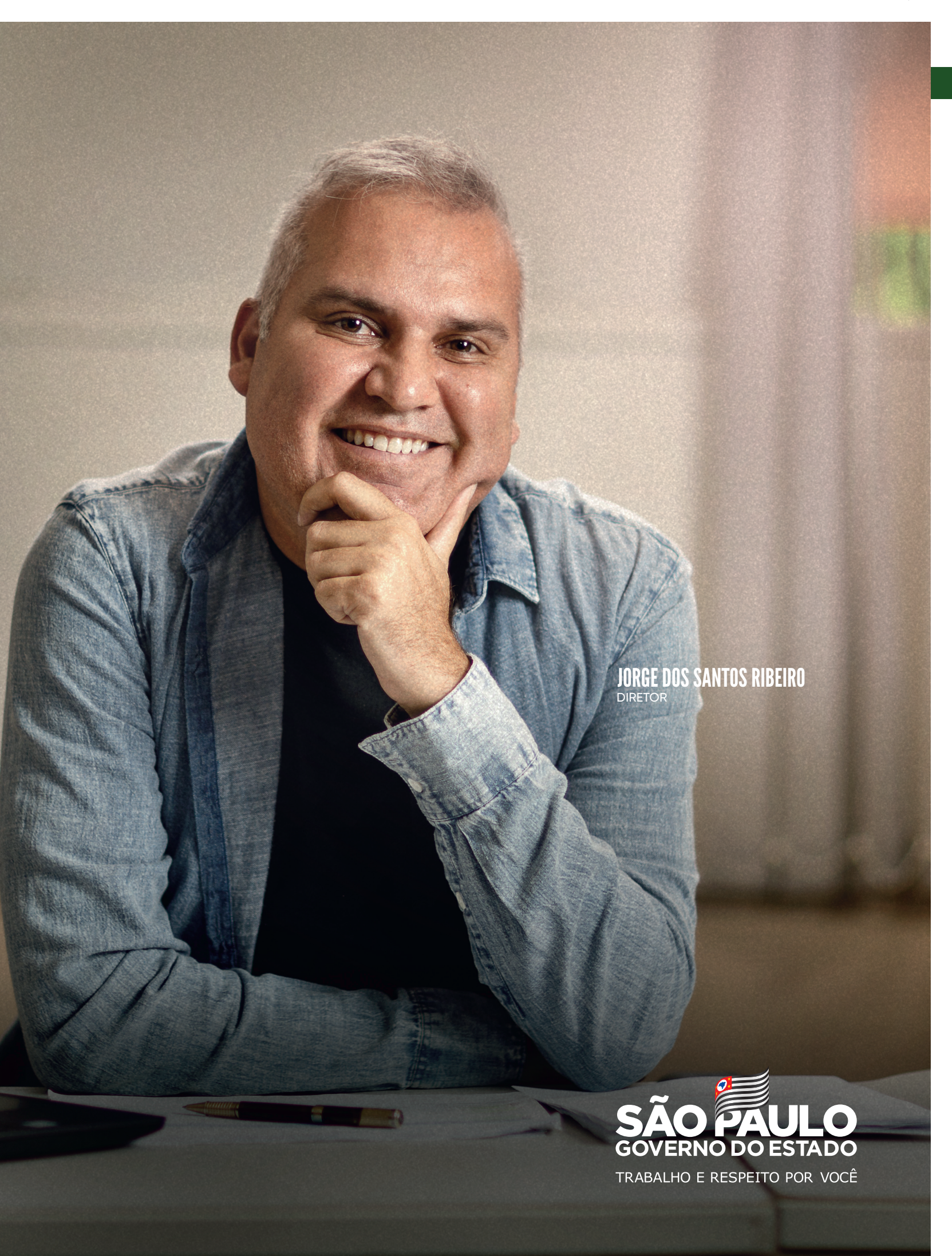
A HISTÓRIA REAL DA MAIOR TRANSFORMAÇÃO
DA EDUCAÇÃO DE SÃO PAULO EM MEIO À PANDEMIA.

99% DAS ESCOLAS
REFORMADAS

2.029 ESCOLAS
EM TEMPO INTEGRAL

BOLSA DO POVO
EDUCAÇÃO

EM 2020, A PANDEMIA FECHOU AS ESCOLAS. MAS O TRABALHO NÃO PAROU. O GOVERNO DE SÃO PAULO REFORMOU 99% DELAS. AGORA, A EDUCAÇÃO ESTÁ DE VOLTA PARA RECUPERAR O APRENDIZADO DOS ALUNOS. SÃO 2.029 ESCOLAS EM TEMPO INTEGRAL, COM MERENDA MAIS SAUDÁVEL, CURRÍCULO MAIS MODERNO E AJUDA ECONÔMICA PARA OS JOVENS VOLTAREM ÀS AULAS.



JORGE DOS SANTOS RIBEIRO
DIRETOR

EXPEDIENTE



CONSELHO EDITORIAL

Fred Guidoni
Carlos Cruz
Aquevirque Antonio Nholla



REDAÇÃO

EDITORA E JORNALISTA RESPONSÁVEL

Maria Isabel Pereira

EDIÇÃO DE ARTE

Núbia Barros

PUBLICIDADE

Anuncie na Revista Municípios de São Paulo e fale diretamente com os 645 municípios de São Paulo

APM

Tel.: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

FALE CONOSCO

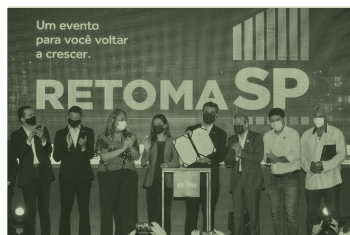
Assinaturas, renovações e números atrasados
Comentários sobre o conteúdo editorial, sugestões, críticas e releases.

Fone/Fax.: (11) 2165-9999
apaulista@apaulista.org.br

20 de novembro de 2021

Municípios de São Paulo não se responsabiliza por ideias e conceitos emitidos em artigos ou matérias assinadas, que expresam apenas o pensamento dos autores, não representando necessariamente a opinião da direção da revista. A publicação se reserva o direito, por motivos de espaço e clareza, de resumir cartas, artigos e ensaios

sumário



6 Retoma SP

10 Turismo

13 Amitesp

15 Aprecesp

17 Evento:
Rally Series

20 Cop 26

São Paulo e Governo Alemão firmam parceria

24 Webinar

28 Plataforma Digital:
(PDUI)

30 Conecta SP

32 Cidade Destaque:
Jundiaí

35 São João da Boa Vista

38 Saúde:
São Carlos

40 Prêmio Band Cidades

44 IPT

48 Política
Yeda Crusius

50 Artigo
Renata Fiori Puccetti

53 Isabela Giglio

54 Dimas Ramalho

56 Mulheres em Destaque

58 Dona Dalva



Vitória da Persistência

Há um tema unânime, que une os prefeitos e prefeitas do Brasil: o do subfinanciamento do Governo Federal para os programas e ações que são sustentadas pelos cofres municipais. Todos os gestores são afetados independente do partido ou credo. Por isso, a conquista histórica do 1% do Fundo de Participação dos Municípios (FPM) de setembro, que passa a ser realidade, com a promulgação da Emenda Constitucional 112/2021, causa tanta alegria. Mas ela não é benemerita. É fruto de uma atuação incansável de cada prefeita e prefeito, de cada entidade municipalista regional e daquelas que nos representam nacionalmente, tendo a atuação da Confederação Nacional de Municípios sido exemplar a garantir que os Municípios recebam cerca de R\$ 6,5 bilhões anuais a partir de 2025. Um recurso que entra como receita não vinculada, além de não entrar na diminuição dos 20% do Fundeb. Portanto, é um valor para os prefeitos tentarem suportar a difícil realidade financeira e

para atender a população. Desse repasse, 25% vão para a Saúde, 15% para a Educação, ou seja, vai para o remédio, para o combate à pandemia e outras ações. Somos gratos, mas sabemos que ainda há muito a avançar para corrigir as distorções do pacto federativo, e não podemos parar enquanto um novo modelo de Federação não for discutido e implementado. Entre as pautas que estão sendo discutidas com o Legislativo federal está a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 23/2021 (parcelamento dos débitos previdenciários), a PEC 122/2015 (encargo vinculado ao repasse), a PEC 13/2021 (mínimo da educação em 2020), o Projeto de Lei (PL) 3339/2021 (regulamentação do Fundeb), o PDL 290/2019 (Organizações Sociais fora do limite de pessoal), além de muitas outras. Dentre estas pautas, a PEC 122/2015 se aprovada tem o potencial de diminuir as desigualdades e fazer justiça social. Hoje, de cada R\$ 100 arrecadados, R\$ 50 ficam com a União, R\$ 31 vão para os Estados e R\$ 19 chegam aos Municípios.

A PEC acrescenta os parágrafos 6.º e 7.º ao art. 167 da Constituição Federal para “proibir a imposição e a transferência, por lei, de qualquer encargo financeiro decorrente da prestação de serviço público para a União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, bem como para proibir a criação ou o aumento de despesa que não conste da lei, ou do projeto de lei orçamentária anual, enviado pelo chefe do Poder Executivo”. A alteração conta com o apoio incondicional da APM, já que a situação financeira das prefeituras é diretamente afetada pelo aumento de encargos em razão, por exemplo, da municipalização de programas federais, sem o devido recurso para custeio da obrigação imposta. Já aprovada no Senado, a PEC, após sanção da comissão especial, ainda precisa do aval do Plenário da Câmara. São ações importantes que clamam pela contínua mobilização de todos. É preciso que haja união para que esta e outras propostas se tornem realidade. Um abraço,

Fred Guidoni
Presidente da APM



Governo libera mais de R\$ 32 milhões para obras e programas na região de Rio Preto

Rodrigo Garcia ainda anunciou destinação de recursos para segurança no campo e novas unidades do Poupatempo

O Vice-Governador Rodrigo Garcia participou no dia 19 de novembro, do evento com empresários promovido pela InvestSP e da 10ª edição do Retoma SP, realizados em São José do Rio Preto. Em visita à cidade, Garcia anunciou recursos de mais de R\$ 32 milhões destinados para a área da assistência social, em benefícios como o Bolsa do Povo,

Vale Gás e SP Acolhe; qualificação profissional, geração de emprego, renda e microcrédito; realização de obras e melhorias na infraestrutura turística de cidades da região; abertura de novas unidades do Poupatempo; doação de viaturas para segurança no campo; e criação do Polo de Empregabilidade Inclusiva.

“Sabemos das dificuldades, que

a vida não está fácil. O Retoma SP mostra para a população que o Governo de SP está disponível, dentro dos nossos esforços, para apoiar e ajudar a população vulnerável e também os empreendedores, que sofreram com a pandemia e precisam dessa ajuda para retomar suas atividades”, afirmou Rodrigo Garcia.

O Retoma SP é uma ação promo-

vida pelo Governo de SP em todo o estado que prevê a oferta de serviços de qualificação, emprego e renda para a população, além de ações de fomento a investimentos. Rodrigo Garcia assinou um termo de autorização para liberação de um total de R\$ 27 milhões em recursos dos programas que compõem o Retoma SP, entre eles, Bolsa do Povo Trabalho, Bolsa do Povo Novotec, Bolsa do Povo Empreendedor, microcrédito do Banco do Povo, vagas de qualificação no Empreenda Rápido, equipamentos de tecnologia e modernização da infraestrutura das ETECs e FATECs da região. Como parte das ações do Retoma SP, a Secretaria de Desenvolvimento Econômico realizou um mutirão de serviços gratuitos, com oferta de vagas de emprego, solicitação de documentos pelo Poupatempo Digital, orientação profissional para pessoas com deficiência, entre outros serviços, para apoiar toda população da região, principalmente os cidadãos que foram mais afetados pela pandemia da Covid-19.

Bolsa do Povo

Durante o evento do Retoma SP, Garcia realizou a entrega, por meio da Secretaria de Desenvolvimento Social, de mais de 200 cartões do programa Bolsa do Povo para beneficiários da região. O Bolsa do Povo, maior programa de proteção social da história de SP, operacionalizado pela Prodesp, reúne benefícios como o Vale Gás e o SP Acolhe.

Na região de São José do Rio Preto, mais de 11 mil famílias devem ser beneficiadas pelo Vale Gás e 532 benefícios do SP Acolhe serão concedidos.

O Vale Gás garante a transferência de renda de R\$ 300 a famílias em situação de vulnerabilidade social para a compra de botijão de gás de cozinha.

Já o SP Acolhe é um benefício de R\$ 1.800,00 pago a pessoas que perderam membros do núcleo familiar para a Covid-19.

Novo Poupatempo

Os municípios de Guapiaçu, Monte Aprazível, Nova Granada, Santa Fé do Sul e Tanabi ganharão novos postos do Poupatempo, beneficiando cerca de 130 mil habitantes e um investimento total do Estado de R\$ 650 mil. As futuras unidades de atendimento que, agora, saltam de 92 para 97 postos autorizados, fazem parte do plano de expansão do programa, que prevê instalações mais compactas e com foco no digital.

As futuras unidades são planejadas para funcionar em formato mais moderno e inteligente, com sistema Balcão Único e atendentes multitarefa. Cada uma delas terá investimento de R\$ 130 mil pelo Estado, com capacidade para realizar cerca de 130 atendimentos por dia. Os novos postos são implantados por meio de convênios entre os governos estadual e municipal, cabendo às prefeituras a participação nas indicações e escolhas dos locais e infraestrutura dos imóveis. A parceria permite ainda a inclusão de serviços municipais nos canais digitais do Poupatempo.



Novo Poupatempo

Com recursos de mais de R\$ 1,2 milhão do Governo do Estado, três municípios turísticos do noroeste do Estado de São Paulo realizaram obras e melhorias de infraestrutura, elevando a qualidade local aos turistas e moradores.

Os recursos para a execução foram repassados pelo Departamento de Apoio do Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (Dadetur), vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado. Em Riolândia, cidade que fica às margens do Rio Grande, divisa com Minas Gerais, foi feita a revitalização da Praia Municipal. Os R\$ 495 mil do Estado e R\$ 100 mil de contrapartida municipal, permitiram a delimitação da praia (cercamento), construção guaritas para maior segurança e também de quiosques.

Localizada na tríplice fronteira – São Paulo, Mato Grosso do Sul e Minas Gerais – a cidade de Santa Clara D'Oeste recebeu recursos do Dadetur da ordem de R\$ 396 mil, que foram aplicados em melhorias urbanas, como canteiros centrais, calçamento de vias, sarjetas e meios-fios (guias).

No município de Rubinéia, separada do Mato Grosso do Sul pelo Rio Paraná, as melhorias foram na área de lazer da Praia do Sol, no valor de R\$ 285 mil para a construção de sanitários, quiosques com churrasqueira e infraestrutura de apoio, como pia, bancos e mesas.



Segurança no Campo

Pela Secretaria de Agricultura e Abastecimento, foram assinados convênios do Programa Melhor Caminho com os municípios de Ariranha, Ipiranga, Mirassolândia e Santa Adélia. A iniciativa visa adequar e conservar as estradas rurais com ênfase à conservação do solo e água e, conseqüentemente, o desenvolvimento da zona rural e da agricultura.

Já pelo Programa Segurança no Campo, que realiza a doação de viaturas específicas para o trabalho de ronda de zona rural, foram

firmados autorizados com 10 municípios, entre eles, Auriflamma, Elisiário, Icém, Novo Horizonte, Potirendaba, São José do Rio Preto, Santo Antonio do Aracanguá, Sud Mennucci, Turiúba e Uchoa. Os veículos são pick-ups S10 (modelo 4x4) e serão adaptados com giroflex e tecnologias como GPS e rádio comunicador. Às administrações municipais, caberá juntamente com a participação da Guarda Municipal ou da Polícia Militar, estruturar o esquema de segurança das áreas rurais.

Polo de Empregabilidade Inclusiva

O Polo de Empregabilidade Inclusiva, anunciado durante a visita do Vice-Governador Rodrigo Garcia, terá como objetivo promover o desenvolvimento profissional, a inclusão e a permanência de pessoas com deficiência no mercado de trabalho. Na região de Rio Preto, são mais de 18 mil pessoas com deficiência em idade produtiva.

Com custeio do Estado estimado em R\$ 300 mil ao ano, o Polo iniciará suas atividades em formato híbrido, com atendimentos presenciais e online realizados pelo Instituto de Tecnologia Social (ITS). Na região, sete municípios serão atendidos, entre eles, São José do Rio Preto, Cedral, Bady Bassitt, Mirassol, Ipiranga, Onda Verde e Guapiaçu.



Combate à Violência Doméstica

No final da manhã, Rodrigo Garcia ainda participou, no Fórum de Rio Preto, da Sessão Solene de instalação da Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher na cidade. Esta é a 16ª

Vara especializada nesta questão e representa um passo importante na consolidação do sistema dos direitos da mulher e no combate a todas as formas de violência de gênero.





Eldorado / SP - Ken Chur - Expressão Studio

Pandemia prejudicou, mas não parou o Turismo de São Paulo

O turismo do Estado, por meio da pasta responsável, prosseguiu com uma série de iniciativas estruturantes durante a pandemia do coronavírus. A estratégia tinha um norteador claro: quando a covid-19 fosse dominada e houvesse confiança, as viagens retornariam com força e os destinos mais bem preparados responderiam melhor a essa demanda. *“As atividades comerciais do setor foram duramente castigadas, com o fechamento de algumas empresas, endividamento e desemprego. Porém, do lado das ações sob responsabilidade do poder pú-*



blico não haveria motivo para a diminuição do ritmo e, por isso, fizemos justamente o contrário, aceleramos”, explica Vinicius Lummertz, secretário de Turismo e Viagens do Estado.

A equipe atual tomou posse no início de 2019. Cumpriu metade da gestão sob o impacto da covid. Iniciativas sempre envolvendo os municípios não pararam. Em 2020 foi batido o recorde dos últimos seis anos nos repasses para obras e melhorias das Estâncias e dos Municípios de Interesse Turísticos (MITs), resultado principalmente dos convênios que haviam sido assinados no final de 19 (antes da covid) e da decisão de priorizar, durante a pandemia, as obras que já estivessem em andamento. *“Com isso conseguimos manter muitos empregos, principalmente na construção civil, em quase duas centenas de cidades de todas as regiões”,*



Cananeia / SP - Ilha do Cardoso - Praia do Pereirinha - Alf Ribeiro - Expressão Studio

lembra Lummertz. Projetos ainda em fase de estruturação também avançaram. O Rota Cênica SP, por exemplo, concluiu os masterplans de quatro regiões e os projetos executivos para as primeiras intervenções no Vale do Ribeira (que devem ser inauguradas em 2022) e do Litoral Norte.

Também durante a pandemia tramitou e foi aprovado na Assembleia Legislativa a lei dos Distritos Turísticos, com o anúncio do primeiro, já com legislação própria, em Olimpia e a previsão do lançamento do segundo, envolvendo os municípios de Jundiáí, Itupeva, Louveira e Vi-



Iporanga - SP Trilha Betari - Cachoeira das Andorinhas e Berarizinho- Foto: Vândir A. Junior - Petar

nhedo, batizado de Distrito Turístico Serra Azul.

Outra iniciativa concreta foi no SPEcoaventura. Com a participação do Sebrae-SP, empresas de cerca de 200 regiões de oito polos que cobrem todo o Estado, de Rosana a Bananal. Na mesma linha de capacitação e inspiração, o projeto Melhores Práticas e a cartilha de estruturas náuticas foram criados justamente para das autonomia às iniciativas municipais. Durante a pandemia e para incentivar as viagens de carro, no que passou a ser chamado de “turismo de proximidade”, foram lançadas também as rotas turísticas e gastronômicas de duas regiões emblemáticas: a Mantiqueira Paulista e parte do Vale do Paraíba e a do Vale do Ribeira. Em menor escala, mas sempre com o foco nos municípios, foi lançado também o portal TurisvestSP

(turinvestsp.com), que concentra oportunidades de negócios em 30 cidades – e que está aberto a todas as demais. Na mesma linha, e com foco tanto em empresas como na viabilização de fontes de crédito e investimento para os municípios, no final de setembro a Secretaria lançou a Central do Investidor Paulista.

“Os projetos estruturantes foram definidos em 2019, fizeram parte do planejamento 20-30 e tiveram todo o apoio do Governador João Doria”, lembra o secretário. “A pandemia exigiu mais de todos, porém entendemos que o socorro necessário até a superação, acelerada em graças à produção da vacina pelo Instituto Butantan, não poderia prejudicar os nossos projetos pois sabíamos que, vencida ou amenizada a covid-19, o turismo teria uma função ainda mais estratégica”.

Com a proibição ou a limitação das viagens, somente a partir de outubro foi possível o retorno das ações promocionais, como a participação em feiras e eventos nos quais houvesse interação. Desde então São Paulo esteve em Fortaleza, Gramado e Camboriú, participando de encontros com profissionais do setor. Já na promoção internacional, foram duas ações de destaque para o fechamento de um ano difícil para o turismo mundial. No final de outubro a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado

organizou a AdventureWeek, em parceria com a Adventure Travel Trade Association (ATTA), uma das principais promotoras do ecoturismo e turismo de aventura do mundo, com a participação de operadores de turismo e jornalistas especializados de seis países, entre eles Estados Unidos, Canadá e China, mercados potenciais na emissão de turistas para o Brasil. A segunda ação foi a realização, com a capital, do GP São Paulo de F1. “Reunimos em um único evento as qualidades necessárias para mostrar ao mundo o êxito de São Paulo no enfrentamento da pandemia: um estado que, sozinho, vacinou mais pessoas que muitos países, realizando um dos grandes eventos internacionais, com 100% de público e uma contribuição considerável para a retomada econômica”, lembra Vinicius Lummertz.



MAIS RECURSOS PARA OS 140 MUNICÍPIOS DE INTERESSE TURÍSTICO

“Governo do Estado e AMITESP anunciam mais recursos para os Municípios de Interesse Turístico”

O presidente Murilo Pinheiro participou no dia 05 de novembro da reunião na secretaria de Turismo e Viagens do Estado, ocasião em que o secretário Vinícius Lummertz comunicou o descontingenciamento das verbas do Dadetur, que haviam sido bloqueadas para o combate do surto que assolou o Mundo, causado pela

Covid-19. Com o avanço na vacinação e as melhorias nos índices da Pandemia, completando assim o repasse integral das verbas de 2021 para cada um dos 140 municípios de interesse turístico. Em maio deste ano o Estado havia liberado R\$ 361.000,00 para cada município, e agora mais R\$ 254.000,00 para todos os Muni-

cípios de Interesse Turísticos. No montante cada um dos 140 municípios receberá, somente em 2021 para infraestrutura turística, o valor de R\$ 615.000,00. *“É um dia histórico para o turismo de São Paulo e do Brasil. É um marco da retomada, do programa que foi implantado desde o primeiro dia desse governo com*

intenção clara de colocar o turismo no centro da estratégia do desenvolvimento do Estado de São Paulo”, disse Vinicius Lummertz, Secretário de Turismo e Viagens. “Excelente notícia que levamos aos nossos associados, a união de esforços entre a AMITESP, ALESP e a Secretaria de Turismo e Viagens do Estado foi fundamental para a viabilização de todo o recurso programado para este ano. Temos que agradecer nosso Secretário Vinicius Lummertz e toda a sua equipe que nos auxiliou, estiveram sempre nos apoiando, agradeço também o nosso Governador João Doria, e o vice-governador Rodrigo Garcia e todos que contribuíram para este feito. Colocamos toda nossa equipe técnica à disposição, para cadastrar nossos pleitos o mais rápido possível e assinar os convênios ainda este ano”, destacou o presidente. A AMITESP também tem discutido juntamente com a ALESP, o projeto de lei substitutivo que visa o aumento do número de Estâncias e também dos Municípios de Interesse Turísticos do Estado de São Paulo, com isso beneficiaria os municípios que estão pleiteando o título de MIT, e que já apresentam potencial turístico, e fizeram seu dever de casa, prepararam sua infraestrutura de receptivo e apostam no desenvolvimento através de suas belezas naturais, festas e atrativos culturais. A Amitesp trabalha e cresce com os MITS!





2021: O Ano da Retomada Turística em São Paulo

APRECESP assegura mais investimentos em infraestrutura turística, realiza importantes capacitações e participa dos principais eventos do turismo

Um ano que começou marcado por incertezas diante de uma epidemia global, termina com um saldo extremamente positivo, graças ao empenho de prefeitas e prefeitos com a vacinação, respeito às medidas de prevenção, incentivos fiscais e tributários a toda a cadeia do turismo e investimentos estaduais fundamentais para a melhoria da oferta turística em nossas 70 estâncias paulistas. Nele, a APRECESP – Associação das Prefeituras das Cidades Estância do Estado de São Paulo teve participação efetiva nesta retomada das atividades turís-

ticas, trabalhando para garantir mais investimentos na melhoria da infraestrutura turística, na manutenção da capacitação de gestores públicos e na participação nos principais eventos do setor de turismo do Brasil.

DADETUR 2021 - Este ano marcou a retomada de novos investimentos em infraestrutura turística oriundos do Departamento de Apoio ao Desenvolvimento dos Municípios Turísticos (DADETUR), órgão vinculado à Secretaria de Turismo e Viagens do Estado (SETUR-SP). No início

de agosto, o governador João Doria já havia anunciado o autorizar de R\$ 202,2 milhões para investimentos na melhoria da infraestrutura turística nas 70 prefeituras estância do Estado de São Paulo. Agora, no início de novembro, em reunião virtual com a equipe técnica da SETUR-SP, foi anunciado o descontingenciamento de mais recursos para as prefeituras. Com isso, a expectativa é de que quase a totalidade dos valores que as estâncias têm direito poderá ser empenhada este ano. Uma conquista fundamental para que os municípios concluam as



Murilo Pinheiro (Amitesp), Fred Guidoni (APM), os secretários estaduais Vinícius Lummertz (SETUR-SP) e Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional), Marquinho Oliveira prefeito de Morungaba e presidente da APRECESP.

obras e qualifiquem a sua oferta turística. Assim como, a publicação do Decreto nº 66.173/, de 26/10/2021, que dispõe sobre a disciplina acerca da celebração de convênios 2021, teve grande impacto, principalmente na elevação das parcelas pagas às prefeituras.

“Desde o início da nossa gestão, nossos principais compromissos foram assegurar os novos investimentos do DADETUR e o descontingenciamento das verbas das 70 estâncias paulistas. Essas conquistas só foram possíveis graças ao apoio da diretoria da APRECESP, ao trabalho de toda a equipe do secretário Vinícius Lummertz (Secretaria de Turismo e Viagens), do secretário Marco Vinholi (Desenvolvimento Regional), das lideranças

da Assembleia Legislativa e ao nosso governador João Doria”, comemora Marquinho Oliveira, presidente da APRECESP e prefeito de Morungaba.

MELHORIA DA GESTÃO TURÍSTICA

– Outra vertente de atuação da entidade foi a continuação dos cursos de capacitação para os gestores de turismo e membros dos Conselhos Municipais de Turismo (Comtur), por meio de jornadas virtuais, além de cursos de especialização do SENAC, oferecidos gratuitamente para os gestores das prefeituras associadas e membros do respectivo Comtur, sobre temas relevantes como Plano de Marketing, Elaboração de Roteiros e Design de Experiências Turísticas. *“Neste 1º ano foram capacitados dezenas de*

gestores de turismo de 24 estâncias, mas o nosso próximo objetivo é que todas as 70 associadas passem por estas qualificações”, destaca Marquinho Oliveira.

FEIRAS E EVENTOS – Outra ação importante este ano foi a participação nas principais feiras e eventos, como a 35ª Ugart - Feira de Negócios Turísticos, realizada nos dias 30 e 31/07 (Porto Alegre/RS), e o Festuris – Festival de Turismo de Gramado, nos dias 4 e 7/11 (Gramado/RS). A APRECESP se fez presente de maneira qualificada, com estande próprio para promover as 70 estâncias paulistas.

“Ao final deste ano, marcado pela retomada das atividades turísticas que são fundamentais para a geração de empregos e renda em nossos municípios, o sentimento é de dever cumprido. Juntos, nós prefeituras e prefeitos, colocamos em prática o plano nacional de imunização, apertamos os cintos e estamos conseguindo superar a crise causada pela pandemia”, destaca Marquinho Oliveira.

“Como entidade, conseguimos conquistas importantes para todas as estâncias paulistas, como assegurar os novos investimentos estaduais na melhoria da nossa oferta turística, aperfeiçoar os cursos de capacitação dos gestores de turismo e garantir presença marcante nos principais eventos nacionais para promover os nossos destinos”, comemora o Presidente da APRECESP e prefeito de Morungaba.



Vale do Ribeira recebe a primeira etapa do “Sertões Series 2020”

Nesta edição inédita, a primeira etapa do Sertões Series 2020, o Rally São Paulo no Vale do Futuro, teve em seu percurso cinco cidades da região do Vale do Ribeira, uma das mais belas áreas remanescentes de Mata Atlântica do Brasil. *“O Governo de São Paulo apoia e incentiva ações de viés social, turístico e econômico em todo o estado. A região com maior potencial de desenvolvimento sustentável que temos é o Vale do Ribeira. Vamos impactar toda a*



EVENTO

população e o desenvolvimento regional do Vale do Futuro”, afirmou o Secretário de Desenvolvimento Regional, Marco Vinholi. O lançamento do Rally de São Paulo como a mais nova etapa do Rally dos Sertões foi anunciado pelo Governador João Doria em janeiro de 2020. A prova estava prevista para os dias 28 e 30 de maio daquele ano, mas devido à pandemia de Covid-19 foi realizada a partir entre os dias 4 e 6 de novembro de 2021, no Vale

do Ribeira, como parte das iniciativas do Programa Vale do Futuro, de desenvolvimento e estímulo ao turismo na região. A prova teve um total de 543km, durante dois dias, em duas etapas diferentes. O roteiro exclusivo mesclou vários tipos de terrenos e passou pelas cidades de Ilha Comprida, Iguape, Pariquera-Açu, Jacupiranga e Cananeia. A largada aconteceu na arena de eventos da Praia do Boqueirão Norte, no município de Ilha Comprida, onde também esteve toda a estrutura do Rally e a Vila do Futuro, um complexo de 500m² que abrigou atividades culturais, exposição de artesanato, gastronomia e arte de todas as cidades da região. O Rally de São Paulo também contou com Zonas de Espec-



tadores nas cidades de Jacupiranga (Prefeitura Municipal), Pariquera-Açu (Praça da Matriz) e Iguape (Praça da Basílica). O encerramento e premiação do Rally de São Paulo foi realizado na Praia do Boqueirão Norte, em Ilha Comprida, com a presença do Coordenador Geral do Programa Vale do Futuro, Marco Aurélio Gomes. *“Firmamos uma importante parceria com a Secretaria de Turismo para trazeremos essa etapa do Rally dos Sertões para o Vale do Ribeira, uma das regiões com maior potencial turístico de São Paulo. O Rally de São Paulo constituirá uma plataforma de difusão do Vale do Ribeira para todo o Brasil”*, comentou Marco Aurélio.





#apmsp

— Prepare-se, vem aí

64º CEM

Congresso Estadual de Municípios

MARÇO/2022

Campos do Jordão / SP



www.apaulista.org.br



apaulista@apaulista.org.br



São Paulo e Governo Alemão firmam parceria para Plano de Ação Climática Paulista

Diretrizes foram apresentadas durante a Conferência do Clima, na Escócia, e serão aprimoradas até a publicação em 2022

O Estado de São Paulo e a Agência GIZ, representante do Governo da Alemanha, firmaram uma nova cooperação no âmbito do Programa de Políticas sobre Mudanças Climáticas. O documento, que determinará as metas de descarbonização no Estado de SP, contará com apoio da GIZ nas próximas etapas a

partir de novembro.

A Agência Alemã será responsável pela contratação da equipe técnica que dará suporte ao time da Secretaria de Infraestrutura e Meio Ambiente a fim de elaborar o PAC-2050 com ações para uma economia de baixo carbono com vistas ao desenvolvimento sustentável.

O projeto aborda áreas como energias renováveis, restauração florestal, agricultura de baixo carbono, bioeconomia, proteção da biodiversidade, controle e prevenção da poluição, qualidade do ar, transportes sustentáveis, segurança hídrica, saneamento ambiental, municípios resilientes e cidades sustentáveis.

Municípios Resilientes

No âmbito de mudanças climáticas está a segunda parceria entre o Governo Alemão e o Estado de São Paulo. Em 2020, a SIMA iniciou o programa Municípios Paulistas Resilientes que visa capacitar gestores e disponibilizar dados estratégicos para que os municípios identifiquem suas vulnerabilidades climáticas e elaborem planos de adaptação. Nesta primeira etapa, além da Baixada Santista outras 13 cidades participaram do projeto.



“São Paulo é exemplo de compromisso com as metas da ONU”, diz especialista da COP26

Declaração foi dada durante assembleia da Coalizão Under2 que contou com a participação do subsecretário de meio ambiente Eduardo Trani

São Paulo teve presença destacada na COP 26, no início de novembro, em Glasgow, na Escócia. Na assembleia geral da Under2, que une governos regionais de todo mundo em prol de soluções para as mudanças climáticas e para o aquecimento global, o Estado, ao lado de Minas Gerais, foi citado pelo Campeão de Alto Nível para o Clima da ONU – função criada na COP para o responsável por negociar metas do acordo climático – como exemplo por ter firmado compromisso com as campanhas Race to Zero e Race to Resilience

e destacou ainda que “estávamos sofrendo com a falta de liderança no Brasil, mas as coisas têm mudado rapidamente e incrivelmente em cada país do mundo em que vocês (governos locais) estão adequadamente representando”. Já Nigel Topping, também Campeão de Alto Nível da ONU, fez um apelo para que os representantes regionais “enviem uma mensagem aos seus governos federais que eles não têm desculpas para não concluírem seus acordos aqui em Glasgow... assim vamos vencer esta corrida para o zero e nos tornarmos resilientes”.

Para o Subsecretário de Meio Ambiente do Governo Paulista, Eduardo Trani, “este é o caminho para reduzirmos as emissões dos Gases de Efeito Estufa (GEE) e para mitigarmos seus impactos. Se não nos unirmos agora vamos caminhar para uma crise ambiental irreversível”, destacou. Ainda durante a reunião, a ministra do Meio Ambiente do País de Gales, Julie James, lembrou da troca de experiência com São Paulo que inspirou as diretrizes do Plano de Ação Climática do estado brasileiro “sempre podemos ensinar e também aprender”.

Assembleia Under2

O encontro foi realizado como evento paralelo à COP26 e contou com a presença de diversas autoridades mundiais como a primeira-ministra escocesa, Nicola Sturgeon, que ressaltou a importância dos membros da coalização “*vocês representam quase dois bilhões de pessoas em todo o globo*”. Sturgeon discorreu ainda sobre as perdas e

danos causadas à população em razão das mudanças climáticas e que o mundo vive uma situação de emergência.

Na assembleia, o subsecretário Eduardo Trani assinou o documento elaborado pelo grupo no qual São Paulo compromete-se a implementar medidas de adaptação e resiliência climática em seus territórios nos campos de

energia, tecnologia, agricultura, transporte, entre outros. A reunião apresentou ainda os planos de cada região para cumprimento da agenda 2030 com esforços para a “*recuperação verde*” e contou com uma conversa com a Aliança de Bancos de Desenvolvimento Subnacional da América Latina que discorreu sobre a captação e oportunidades de financiamento de soluções climáticas.

Campanhas da ONU



São Paulo foi o primeiro estado a assumir, por decreto, o compromisso com as campanhas da ONU “Race to Zero” e “Race to Resilience”. As ações visam o engajamento de governos, empresas, investidores, acadêmicos e lideranças da sociedade civil para zerar as emissões líquidas de gases de efeito estufa até 2050. Para isso foram fixadas novas metas e soluções para energias renováveis, restauração florestal, agricultura de baixo carbono, bioeconomia, proteção da biodiversidade, controle e prevenção da poluição, qualidade do ar, transportes sustentáveis, segurança hídrica, saneamento ambiental, municípios resilientes e cidades sustentáveis.

Segurança hídrica é destaque durante a participação de São Paulo na COP26

Ações para integrar sistemas de abastecimento e conscientizar o consumidor foram citadas em evento como forma de combater a escassez da água

As soluções para manter a segurança hídrica no Estado de São Paulo foram discutidas em Glasgow, na Escócia, durante a Cop 26 em novembro, pelo Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado, Marcos Penido, e pelo diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga, durante o painel “*Water Scarcity and resilience: Partnership to identify solutions*”. Na abertura do evento, que aconteceu na chamada Blue Zone, o secretário Marcos Penido destacou que a escassez de água é um desafio global, cada vez mais evidenciada com as mudanças climáticas, e lembrou que, em 2014, a Região Metropolitana de São Paulo viveu um período de estiagem severa, mas conseguiu, a partir de obras realizadas pela Sabesp – a 3ª maior companhia de saneamento do mundo –, garantir o abastecimento de 12 milhões de pessoas.

“A escassez hídrica e os efeitos de anos de negligência ambiental não têm fronteira, não têm classe social, não nos dividem, mas nos unem. É com essa união que podemos quebrar barreiras, mudar cultura e trabalhar para deixar um legado para as futuras gerações. É isso que queremos para São Paulo, para o Brasil e para o mundo: união e respeito pelo



meio ambiente”, disse Penido. O diretor-presidente da Sabesp, Benedito Braga, afirmou que “as mudanças climáticas estão trazendo impactos de curto prazo no setor do abastecimento de água, que são sentidos principalmente com secas mais longas. Mecanismos de adaptação a essa realidade, como gestão da demanda e infraestrutura resiliente, são fundamentais para enfrentar esse desafio”. Benedito Braga explicou o trabalho feito pela companhia para reforçar a segurança hídrica na Grande São Paulo, uma área densamente povoada e com baixa disponibilidade de água que vem registrando baixos padrões de chuvas há uma década. Foram

mostradas ações para a ampliar a integração dos diversos sistemas de abastecimento, a infraestrutura de captação e reservação de água e o combate a perdas na distribuição, além campanhas de conscientização do consumidor final e parcerias para reuso de água. O programa Novo Rio Pinheiros, que prevê a despoluição do rio paulista até 2022 também foi abordado nas discussões com os participantes do evento. Na ocasião foram destacados os números relacionados ao projeto como a conexão de mais de 425 mil imóveis ao serviço de saneamento básico, o que corresponde a mais de 80% da meta prevista dentro do projeto.



‘Webinar’ discute ações de Desenvolvimento Sustentável para as cidades

4.ª edição da série de encontros virtuais promovidos pela Associação Paulista de Municípios (APM) e pela Fundação Vanzolini (FCAV) apresenta pesquisas e soluções para que as cidades enfrentem os desafios ambientais

O que as greves de caminhoneiros e de lixeiros, as crises hídrica e de energia e a pandemia têm em comum? São fatos que afetam um conjunto de sistemas urbanos dos quais depende a vida nas cidades. Um deles é a sustentabilidade, tema do quarto ‘webinar’ da série Como inovar na gestão municipal?, promovida pela Associação

Paulista de Municípios e a Fundação Vanzolini.

Mediado pelo presidente da APM, Fred Guidoni, e pelo consultor da FCAV e ex-Secretário Municipal de Inovação e Tecnologia de São Paulo, Daniel Annenberg, o encontro aconteceu no dia 30 de outubro e reuniu especialistas, prefeitos e secretários de meio de



ambiente dos municípios para discutir o Desenvolvimento Urbano Sustentável. Como palestrantes, a ‘webinar’ contou com a presença do Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente, Marco Penido; com o ex-vereador de São Paulo, o ambientalista e médico Gilberto Natalini e com o coordenador do Centro de Síntese USP – Cidades Globais, Professor Marcos Buckeridge. Para o presidente da APM, Fred Guidoni, a realização destes encontros tem se mostrado um mecanismo eficiente na instituição de políticas públicas e não foi diferente neste encontro.



“Os municípios possuem um papel importante na tutela ambiental, pois a sociedade e as autoridades locais têm amplo conhecimento dos problemas ambientais enfrentados naquela localidade. É nos municípios que se reúnem todas ou boa parte das condições para atender as necessidades do ser humano e para isso precisa proteger onde o homem efetivamente vive, implantando sistemas adequados, tendo como base a concepção de cidadania”, afirma o presidente da APM.



Municípios sustentáveis contam com ICMS Ambiental

O Secretário de Infraestrutura e Meio Ambiente do Estado de São Paulo, Marcos Penido, afirmou que não existe desenvolvimento se este não for feito de forma sustentável e com a participação dos municípios. Penido detalhou sobre o ICMS Ambiental, que dobrou os recursos destinados pelo governo estadual de forma compensatória aos municípios. Quanto mais sustentável for o município nas áreas de segurança hídrica e geração de energia, áreas protegidas, conservação e restauração da biodiversidade e gestão de resíduos sólidos mais recursos irá receber. O objetivo é transferir às cidades 500 milhões de reais por ano. O Estado aderiu ao programa Carbono Zero, da Organização das Nações Unidas. Segundo o

secretário, a campanha já envolve 454 dos 645 municípios paulistas, 1.400 empresas e 569 universidades em ações necessárias para a neutralidade da emissão de carbono até 2050. O governo paulista já desenvolve o Projeto Municípios Resilientes, que apoia a formulação de Planos Municipais de Adaptações Climáticas por meio da base de Geo-dados. Penido citou as várias linhas de crédito que o programa Desenvolve SP destina às prefeituras com juros subsidiados e prazos compatíveis com a realidade de cada município. Falou ainda sobre o “Refloresta”, o maior programa de reflorestamento do Bioma Mata Atlântica, lançado recentemente. A meta é aumentar a cobertura nativa em 1,5 milhão de hectares.



“Vamos plantar florestas, é a grande oportunidade da nossa década. São Paulo é um Estado que já aumenta a sua cobertura, mas precisamos fazê-lo de forma programática, séria, com investimentos e parcerias”, disse Marcos Penido.

Participação dos prefeitos, secretários e vereadores é fundamental

O médico e ex-vereador de São Paulo, Gilberto Natalini, que há 50 anos milita na defesa da sustentabilidade, elogiou os projetos apresentados pelo secretário, mas foi enfático ao afirmar: *“esse plano não conseguirá cumprir o seu papel se não tiver a entrada direta do prefeito, dos secretários, da Câmara dos Vereadores, dos empresários que estão lá na cidade produzindo a riqueza do Estado e do país.”*

Natalini lembrou de leis que aprovou quando vereador e que podem servir de exemplo para as prefei-

turas, como a que determinou que as ruas da capital fossem lavadas com água de reuso, 5 vezes mais barata que a água potável.

“Transformar os municípios em mais sustentáveis tem que ser uma bandeira de governo municipal. O Secretário do Meio Ambiente tem que ser um braço importante da gestão municipal, porque a humanidade precisa sobreviver.”

Natalini citou uma pesquisa que mostra que 97% dos brasileiros se preocupam com a questão ambiental, mas apenas 27% estão dispostos a fazer alguma mudan-

ça de vida para ajudar na proteção do meio ambiente.

E mandou um recado aos gestores municipais: *“Qual é o papel da gente? Temos que pegar os 27% e levar para ser os 97% para que a população nos ajude. Claro que precisa de programas, de dinheiro, mas o comportamento de cada município pode fazer a diferença. E o prefeito é um maestro, um líder naquela cidade, naquela comunidade. O prefeito tem que fazer com inteligência, sem entrar em conflito com a população, com os empresários, ele tem que construir, isso é um pacto pela vida. Vamos “tocar” plantar árvore, árvore certa, no lugar certo, na hora certa!”*, disse Natalini com a autoridade de quem já plantou 25.000 árvores na vida.



“Transformar os municípios em mais sustentáveis tem que ser uma bandeira de governo municipal. O Secretário do Meio Ambiente tem que ser um braço importante da gestão municipal, porque a humanidade precisa sobreviver”, disse Gilberto Natalini.





USP cria guia para as cidades sustentáveis

Outro palestrante foi o coordenador do Centro de Síntese USP – Cidades Globais, Marcos Buckeridge, que explicou o conceito de urbsistemas e defendeu que as políticas públicas para as cidades devem ser orientadas pela ciência. Buckeridge falou sobre a criação, em 2020, do “Guia para as Cidades Sustentáveis”, que reúne o trabalho de mais de 20 pes-

quisadores e citou a experiência junto à prefeitura de Vargem, às margens da rodovia Fernão Dias. O objetivo é promover o desenvolvimento sustentável e recuperar a identidade de um município usado como cidade dormitório. “O desenvolvimento de ferramentas tem que ser feito por cada cidade, cada realidade. Não adianta querer copiar simplesmente

o que é bem-feito numa cidade, como Curitiba. Tem que haver a criatividade endógena, cada cidade com suas próprias soluções”, disse Buckeridge.

Ele também anunciou um novo programa do Centro de Síntese USP, que oferece treinamento para todos que trabalham nas Câmaras Municipais e na gestão pública.



“No Centro de Síntese USP — Cidades Globais nós estamos interessados no bem-estar das pessoas, não adianta ser sustentável e não haver bem-estar dos habitantes. A ideia é contaminar os gestores com a ideia de sustentabilidade,” disse Marcos Buckeridge.

Todo o material disponibilizado pelos palestrantes, incluindo o Guia para as cidades sustentáveis da USP está disponibilizado no site da APM. O acesso direto é <https://www.apaulista.org.br/webinars/>. No local também estão os conteúdos das demais ‘webinars’ promovido pela APM.

Desenvolvimento Regional lança plataformas digitais para apoiar Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado de cinco regiões do Estado

Troca de contribuições entre prefeituras e sociedade civil para construção dos PDUIs continua nas plataformas digitais, após oficinas regionais

As plataformas digitais dos Planos de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) das Regiões Metropolitanas de Ribeirão Preto (<https://rmp.pdui.sp.gov.br/>), do Vale do Paraíba e Litoral Norte (https://rmvpln.pdui.sp.gov.br) e de Piracicaba (https://rmp.pdui.sp.gov.br) e das Aglomerações Urbanas de Franca (https://auf.pdui.sp.gov.br) e Jundiaí (https://auj.pdui.sp.gov.br) já estão operando desde 26 de outubro último.

Com mais este novo canal de comunicação, a Secretaria de Desenvolvimento Regional (SDR) dá continuidade ao processo de elaboração dos PDUIs, desenvolvidos por equipes técnicas da Fundação Instituto de Pesquisas Econômicas (Fipe). As novas plataformas apresentam tecnologia mais moderna, novas funcionalidades, recurso de exportação de eventos e reuniões para o Google Agenda e layout responsivo para celulares, com acessibilidade, estatísticas de acesso e botão de consentimento LGPD.



“Com as plataformas digitais, estamos dando mais um passo fundamental para a elaboração dos PDUIs regionais. A contribuição e a participação ativa da sociedade civil neste processo são de extrema importância. Com isso, iremos produzir planos de desenvolvimento mais efetivos, com impacto direto na vida da população do estado” disse o Secretário de Desenvolvimento Regional,

Marco Vinholi.

As oficinas dos PDUIs das cinco unidades regionais são uma etapa importante do processo participativo. Foram realizadas quinze reuniões no período de 5 a 21 de outubro (regiões de Ribeirão Preto, Vale do Paraíba e Litoral Norte, Piracicaba, Franca e Jundiaí, e suas respectivas sub-regiões), com expressiva participação dos poderes públicos estadual e mu-

nicipal – além de representantes de entidades locais, universidades e da sociedade civil.

As oficinas regionais e o processo de elaboração dos PDUIs integram o Projeto de Desenvolvimento Regional do Estado de São Paulo, desenvolvido com base em estudo realizado em parceria com a Fundação Sistema Estadual de Análise de Dados (SEADE).

O projeto surgiu por conta do expressivo desenvolvimento dos municípios paulistas nos últimos anos, despertando o desejo e necessidade de um novo ordenamento regional. Ainda em 2020, o Governador João Doria autorizou a SDR a iniciar os estudos que resultaram no atual Projeto de Desenvolvimento Regional,

que foi desenvolvido ao longo de 2021. A proposta é contribuir com o planejamento regional, o desenvolvimento socioeconômico e melhorar a qualidade de vida dos habitantes das novas regiões. Todas as audiências públicas já foram realizadas nas novas unidades regionais propostas, que são as seguintes: Regiões Metropolitanas (RM) de Jundiaí, Piracicaba e São José do Rio Preto; Agrupamentos Urbanos (AU) de Araçatuba, Bauru, Bragantina, Central, Grandes Lagos, Marília, Mogiana e Pontal do Paranapanema; e Regiões de Estado (RE) de Andradina, Assis, Avaré, Barretos, Botucatu, Catanduva, Itapeva, Jaú, Lins, Nova Alta Paulista, Ourinhos, Penápolis, São João da

Boa Vista e Vale do Ribeira.

As Regiões Metropolitanas da Baixada Santista, de Campinas, de Ribeirão Preto, de São Paulo, de Sorocaba, do Vale do Paraíba e Litoral Norte e o Agrupamento Urbano de Franca mantiveram suas composições. Ao todo, a proposta do Projeto de Desenvolvimento Regional apresenta um novo arranjo do estado com 32 regiões, sendo 9 RM, 9 AU e 14 RE. Os projetos de lei das novas Regiões Metropolitanas de Piracicaba e São José do Rio Preto foram aprovados pela Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) e sancionados pelo Governador João Doria em agosto deste ano. O projeto de lei que cria a RM de Jundiaí ainda tramita no Legislativo Paulista.

Panorama Regional

Em cada uma das oficinas regionais, a partir de um perfil socioeconômico e ambiental da região, apresentado por técnicos da Fipe, ocorreu uma troca de informações e contribuições iniciais sobre desenvolvimento urbano e econômico, meio ambiente, transporte e mobilidade e seus desdobramentos. Estas informações, que continuam a ser enviadas via plataformas digitais, darão origem aos documentos Panorama Regional e Diagnóstico, que vão nortear as demais etapas de construção do PDUI.

O que é o PDUI

O Plano de Desenvolvimento Urbano Integrado (PDUI) é um instrumento legal de planejamento e gestão metropolitana e regional, definido em 2015 pelo Estatuto da Metrôpole (Lei Federal 13.089), que define as diretrizes e os meios necessários para orientar ações governamentais e da iniciativa privada em Regiões Metropolitanas (RM) e Agrupamentos Urbanos (AU), visando ao desenvolvimento sustentável e à redução das desigualdades regionais.

Confira os endereços das novas plataformas digitais das RM e AU paulistas

Região Metropolitana de Ribeirão Preto – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>

Região Metropolitana do Vale do Paraíba e Litoral Norte – <https://rmvpln.pdui.sp.gov.br/>

Região Metropolitana de Piracicaba – <https://rmp.pdui.sp.gov.br/>

Aglomeración Urbana de Jundiaí – <https://auj.pdui.sp.gov.br/>

Aglomeración Urbana de Franca – <https://auf.pdui.sp.gov.br/>



Governo lança Conecta SP com investimento de R\$ 3 milhões para agilizar chegada do 5G

Iniciativa vai auxiliar a chegada da tecnologia aos 645 municípios paulistas com modernização de leis locais de antenas

O Governador João Doria anunciou o programa Conecta SP para agilizar a chegada da cobertura 5G a todos os municípios paulistas. A iniciativa estadual, que conta com investimento de R\$ 3 milhões, incentiva os gestores municipais a modernizar legislações locais de antenas para a nova tecnologia.

O anúncio foi feito no dia 16 de novembro, no Palácio dos Bandeirantes, em cerimônia que contou com a participação de prefeitos, deputados estaduais e demonstrações de aplicação do 5G pelas empresas vencedoras do Leilão do



apenas em São Paulo para atender a requisitos da nova tecnologia de internet nos próximos anos. Ao todo, esse mercado deve movimentar R\$ 266 bilhões em todo o estado em médio prazo.

“Este programa é para melhorar a qualidade de vida das pessoas, o acesso a serviços e reduzir os custos de logística. Esta lei inédita apoiará a padronização em todos os municípios. Que São Paulo seja referência, não somente para o Brasil, em tecnologia aplicada para o combate às desigualdades, mas também uma referência para o mundo”, destacou a Secretária de Desenvolvimento Econômico, Patricia Ellen.

A Secretaria de Desenvolvimento Econômico, em parceria com a InvestSP (Agência Paulista de Promoção de Investimentos e Competitividade), também irá cooperar com Prefeituras e Câmaras Municipais para o alinhamento das legislações locais a marcos legais e regulatórios para infraestrutura de telecomunicações.

O Presidente da InvestSP, Gustavo Diniz Junqueira, destacou a importância da chegada do 5G para manter a competitividade do estado e atrair investimentos. Segundo Junqueira, o papel da InvestSP no Conecta SP será coordenar o apoio técnico aos municípios e fomentar o desenvolvimento da economia digital em São Paulo, passos fundamentais para a economia do futuro.

os grandes centros urbanos”, afirmou Doria. Nesta etapa inicial, a principal meta do Conecta SP é estimular a modernização das legislações municipais, aspecto con-

5G paulista (Ericsson, Huawei e Nokia) em áreas como saúde, organização urbana, indústria, agricultura e transporte.

“Não podemos ter nenhuma resistência à tecnologia, temos que abraçar a tecnologia porque ela vai permitir um amplo uso e práticas que vão levar ao benefício ao cidadão, da mais remota área rural do estado de São Paulo até

siderado fundamental para a rápida implantação do 5G.

Prefeitos e vereadores conheceram detalhes da proposta e também terão apoio técnico do Estado para atualização de leis locais de antenas.

Associações do setor de telecomunicações preveem a necessidade de investimentos iniciais de R\$ 4 bilhões em infraestrutura





Jundiaí é 2º lugar em ranking das melhores cidades do país

Dos 10 municípios brasileiros com melhor qualidade de vida, 7 estão em São Paulo.

O Índice de Desafios da Gestão Municipal 2021 (IDGM), da consultoria Macroplan, divulgado neste ano, traz Jundiaí, cidade do interior do Estado de São Paulo, como a segunda melhor do Brasil. Na comparação com o ano anterior, o município subiu três posições, ficando à frente de São José do Rio Preto (3º), Piracicaba

(4º) e Campinas (9º) e de capitais como Curitiba (7º), Belo Horizonte (15º) e São Paulo (19º).

O estudo avalia as 100 maiores cidades brasileiras quanto à qualidade dos serviços essenciais entregues à população nas áreas de educação, saúde, saneamento e segurança.

O prefeito da cidade, Luiz Fer-

nando Machado destaca que a boa avaliação é, entre outros aspectos, resultado da seriedade na gestão dos recursos públicos. *“Procuramos estabelecer o desenvolvimento de políticas públicas de estado, não de governo. Trabalhar com essa diretriz faz com que priorizemos a qualidade dos serviços públicos como ação*

constante”, disse ele. *“Junto a isso, a austeridade nos gastos e o equilíbrio fiscal são dois valores permanentes da gestão.”*

A publicação citou outros diferenciais de Jundiaí, como *“um salário médio de 3.400 reais, diante dos 2.260 reais da média do país”*, e a atração de empresas e de profissionais qualificados, além de ter terminado 2020 com um número de vagas de emprego positivo na indústria.

Em índices individuais do mesmo ranking, a cidade está entre os dez melhores municípios em saneamento (7º) e educação (8º) e, na área da saúde, subiu 24 posições em uma década.

IDGM. O levantamento da Macroplan avalia, desde 2013, a evolução dos serviços essenciais nas grandes cidades brasileiras sob a influência das prefeituras. Os municípios analisados representam metade do PIB brasileiro e concentram 39,3% da população do país.

A melhor cidade do Brasil para investir

Melhor endereço brasileiro para investimento internacional, Jundiaí também é destaque na 6ª edição do ranking ‘Cidades do Futuro’ realizado pela FDI Intelligence, entidade ligada à divisão de inteligência em investimentos estrangeiros do Financial Times. O estudo elaborado pela FDI American Cities of the Future 2021-2022, publicação especializada do grupo britânico Financial Times, levou em consideração o conjunto das políticas públicas realizadas para a retomada do crescimento econômico e do desenvolvimento das cidades, à medida em que as campanhas de vacinação mantém a pandemia sob controle.

“O modelo de governança adotado pela cidade desde 2017, sua localização estratégica, sua infraestrutura e ambiente de negócios, associado aos investimentos em tecnologia direcionados para o ambiente de ‘Cidade Inteligente’, são alguns atributos de Jundiaí que se destacam no cenário internacional. Além disso, o município oferece boa prestação de serviços públicos, que alavanca os indicadores de qualidade de vida da cidade”, comenta o prefeito Luiz Fernando.

Ao todo, o ranking FDI Americas Cities of the Future 2021/2022, – divisão de inteligência em investimentos estrangeiros do Financial Times – coletou dados acerca de 210 localidades de todo o mundo. Jundiaí é a única cidade brasileira no ranking geral, na categoria Estratégia de Promoção de Investimentos Estrangeiros Diretos entre as 25 selecionadas, o que a credencia como destino para investimentos internacionais.



Em detalhes

Entre os pontos que tornam Jundiaí ainda mais atrativa para investimentos, o gestor de Governo e Finanças, José Antonio Parimoschi, elenca a boa oferta de insumos estratégicos como água e esgoto tratados, energia abundante, comunicação, modais de transportes variados, proximidade logística dos maiores mercados consumidores, infraestrutura social como serviços de saúde e educação de boa qualidade, além de mão de obra qualificada, para atividades que exigem maiores especializações.

“Temos um plano de longo prazo – Agenda Jundiaí 2050, que está definindo ações para tornar a cidade conectada e sustentável, como por exemplo, a redução dos gases efeito estufa a partir de investimentos em energia limpa, a formação de mão de obra para atender os novos desafios do mercado, inclusive pensando nas profissões que ainda não existem mas que serão necessárias num cenário onde a presença de IOT, IA, robotização é cada vez mais abundante”, detalha Parimoschi.



Conheça o Índice

O Índice de Desafios da Gestão Municipal 2021 (IDGM), da consultoria Macroplan avalia indicadores em quatro áreas essenciais para a qualidade de vida da população: educação, saneamento e sustentabilidade, saúde e segurança. Foram utilizados dados oficiais de 2019 do Ministério Educação, Ministério das Cidades e Datasus, entre outros, na formulação do ranking. A metodologia utilizada é semelhante à do Índi-

ce de Desenvolvimento Humano (IDH), do programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento. Os municípios paulistas mais bem avaliados no IDGM 2021 são: Jundiaí(2º), São José do Rio Preto (3º), Piracicaba (4º), São José dos Campos (5º), Franca (6º), Taubaté (8º) e Campinas (9º). O estudo completo está disponível na página <https://www.desafios-dosmunicipios.com.br/>





Divulgação / Prefeitura de São João da Boa Vista

Natal marca a retomada econômica em São João da Boa Vista

Famosa pela beleza da decoração de final de ano, as luzes de Natal em São João da Boa Vista iluminam a cidade para um novo tempo. A cidade (com pouco mais de 90 mil habitantes, distante 220 km da capital) promete neste ano manter a tradição das festividades para retomar a economia e o turismo. Serão diversas apresentações em seus três locais voltados à Cultura: Theatro Municipal, Cidade das Artes e Estação das Artes, além de inúmeros espetáculos nos bairros, levando a comemoração para todos. “Temos um índice excelente na

vacinação e os casos da Covid-19 estão se reduzindo a cada dia, o que nos faz pensar grande para este Natal. É a retomada da economia: a população e toda região merecem este presente”, destaca a prefeita Maria Teresinha de Jesus Pedroza.

O Natal é uma das diversas atrações que fazem parte do Turismo de eventos do município. Epic (Exposição Agropecuária, Industrial e Comercial, com shows renomados), Festa Junina, Semana Guiomar Novaes (com música clássica, atualmente organizada pelo Governo do Estado),

Feira Gastronômica, Circuito Sesc, Virada Cultural e tantos outros terão novo olhar em 2022, buscando atrair milhares de pessoas para a cidade.

“Esta gestão tem um olhar diferenciado para o Turismo e para a Cultura. Queremos muitos eventos com atrações de qualidade, que não venham apenas somar. Isso é bom para o trabalhador da cidade e para o turista que vem para nos conhecer”, ressalta Rose Vasconcellos, diretora do Departamento de Turismo da Prefeitura.

RECURSOS PARA O THEATRO

Sem dúvida, o Theatro Municipal (tombado pelo patrimônio histórico com a antiga grafia) é o carro chefe de São João da Boa Vista em seu turismo cultural. Fundado em 1914, tem sua restauração como uma das prioridades da administração de Teresinha, que busca recursos para financiar essa melhoria. “*Já fizemos, inclusive, a prospecção pictórica, um exame para identificarmos a verdadeira cor original do Theatro, iniciando a restauração que promete reviver a história do local*”, afirmou a prefeita.



FOTO: Teresinha supervisiona a confecção da decoração natalina, feita num barracão da Prefeitura, com o apoio dos servidores dos departamentos de Turismo e Obras. (crédito: Edvaldo dos Santos)

PROGRAMAÇÃO DO NATAL

02/12 – 20h

A Pequena Sereia (Theatro Municipal)

04/12 – 10h às 18h

Feira Itinerante de São João da Boa Vista (Praça Isaura Teixeira de Vasconcelos – DER)

04/12 – 19h30

Studio de Dança Elaine Juliari e Orquestra 1º Movimento (Theatro Municipal)

05/12 – 20h

Cena IV - Uma Crônica Mágica de Natal (Praça Benedito Galli/Jd. Nova República)

08/12 – 18h às 22h

Feira Gastronômica de São João da Boa Vista (Praça Rui Barbosa – Centro)

08/12 – 20h

Coral Elohim (Praça Valdemar Pessoa – Recanto do Jaguari)

10/12 – 20h

Resgate da Boa Música, com Wolf Borges (Estação das Artes)

11 e 12/12 – 10h às 20h

Feira Juntô (Praça Gov. Armando de Salles Oliveira – Centro)

12/12 – 20h

Orquestra de Violas (Praça Jair Januzzi (da Viola) – Jardim Europa)

14/12 – 20h

Espaço Mérida in Concert (Theatro Municipal)

15/12 - 19h30 - Coral Vozes de São João (em frente ao Theatro Municipal)

21h

Orquestra Brasileira Inclusiva (Theatro Municipal)

16/12 - 17h30

Trivial Jazz (Skate Plaza)

17/12 – 20h

Leandro Cunha e Quinteto Instrumental – Cidade das Artes (CANCELADO)

17/12 – 20h

Cena IV - Uma Crônica Mágica de Natal (Quadra do Jardim Primavera)

18/12 – 10h às 21h

Feira Estação Ateliê (Praça Rui Barbosa – Centro)

17 e 18/12 – 20h

Intervenção circense e Street Jazz (Avenida Dona Gertrudes)

19/12 – 20h

Cena IV - Uma Crônica Mágica de Natal (Quadra do Jardim Primavera)

23/12 – 20h

Espectáculo “Street” – Da Rua para Theatro (Theatro Municipal)

Arte sacra é uma das riquezas locais

São João da Boa Vista tem, na arte sacra, itens de rara beleza que contribuem para o patrimônio nacional. Uma das preciosidades está no Cemitério São João Batista, que conserva obras do ítalo-brasileiro Fernando Furlanetto. Filho de imigrantes, este sanjoanense estudou na Escola de Belas Artes de Pietrasanta, na Itália, ainda na adolescência. De lá, voltou para manifestar seu talento na arte tumular, perpetuada na cidade e objeto de estudos acadêmicos. Furlanetto teve atuação profícua no segmento artístico até seu falecimento, em 1975.

Outro ponto de interesse nas artes sacras é o Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro, fundado em 1941, pelos missionários Redentoristas.

A igreja abriga raríssimas pinturas do italiano Gaetano Maomi: são telas emparedadas que ajudam a contar a história do quadro milagroso da Virgem Maria, cuja réplica é mantida no altar. O forro do templo é todo em madeira entalhada, com intervenções artísticas inspiradas em passagens bíblicas. O trabalho foi feito por três missionários: Corbiniano Veicht, conhecido como “Irmão

Simão”, Joseph Uschold – o “Irmão José” e Baltazar João Dess. Já Antonio Paim Vieira, consagrado artista brasileiro especializado em azulejos, assina duas

obras que se encontram na entrada da igreja que, assim como o Cemitério São João Batista, merece uma visita de quem é apaixonado pelas artes.



Obra de Furlanetto, tombada no patrimônio histórico, está no Cemitério São João Batista (crédito: Hediene Zara)



Santuário Nossa Senhora do Perpétuo Socorro: fundado em 1941 (crédito: Hediene Zara)

São Carlos terá o primeiro centro dedicado ao desenvolvimento e treinamento para tecnologias e reabilitação de pacientes pós Covid-19

Por Bruna Boa Sorte

Um importante passo será dado em prol à população paulista: em dezembro será lançado, na cidade de São Carlos, o primeiro Centro de Desenvolvimento e Treinamento para Tecnologias E Procedimentos de Reabilitação de Pacientes Pós COVID-19. Desde do início de 2020, o mundo vem sofrendo com a pandemia causada pelo novo vírus Sars-CoV-2, causador da COVID-19, fato que tem abalado todas as sociedades, tanto do ponto de vista social, quanto econômico, promovendo severa degradação da qualidade humana, afetando e gerando impactos negativos à saúde física e mental.

Desde então, políticas públicas e ações governamentais têm procurado prover facilidades e acolhimento hospitalar para aqueles afetados pela doença. O advento da vacina vem diminuindo substancialmente a gravidade da situação, no entanto, o número de pessoas que sobreviveram à doença e sequelados é bastante elevado.

No Brasil, os números indicam mais de 13 milhões de brasileiros sobreviventes da infecção pelo COVID-19. Apesar de, até o momento, a preocupação residir no acolhimento emergencial e expansão da infraestrutura e cuidados intensivos no sistema da saúde, há, agora, um novo problema instalado que constitui: as sequelas deixadas nos sobreviventes da doença. Um vírus que surpreendeu todo o sistema da saúde não apenas infecta o indivíduo, causando danos à sua instalação e permanência no corpo, mas causa problemas de curto, médio e longo prazo às condições físicas e psicológicas das pessoas infectadas pela doença e, consequentemente, à toda a sociedade. A dificuldade motora imposta pela severidade da doença cria problemas diversos, desde atrofia muscular até danos neurológicos, que comprometem a mobilidade. O quadro inflamatório agravante que se instala com a doença acaba promovendo conse-



quências sérias no sistema respiratório, no sistema motor, órgãos do sentido (olfato e paladar mais atingidos) e dores crônicas, bem como muitos outros danos deixados. Como consequência desse quadro, que pode ser chamado de

uma SÍNDROME PÓS COVID-19, há uma grave degradação do quadro de vida daqueles que foram infectados pelo vírus. Ainda,



mesmo estando livre do vírus, este contingente tem problemas de reinserção no mercado de trabalho, cotidiano e, por consequência, continuam saturando o sistema de saúde pública, sobretudo municipal.

Há diversas ações necessárias para minimização do problema, uma delas é a instalação imediata de procedimentos que reabilitem tais pacientes, para tal, é importante a introdução de novas tecnologias e, principalmente, sua disseminação aos profissionais da saúde que poderão praticar a reabilitação a estes pacientes.

Mediante esse cenário, o Instituto Inova, a Universidade Estadual Paulista, Universidade Federal de São Carlos e demais parceiros se mobilizaram em busca de soluções para atenuar os problemas causados aos pacientes que sofrem com sequelas da COVID-19, bem como contribuir para que gestores públicos municipais possam contar com uma alternativa para a demanda de sequelados de pós COVID-19 que já atinge o sistema público de saúde como um todo.

Segundo Professor Vanderlei Bagnato, coordenador técnico-científico do Projeto, “temos como objetivo criar um Centro que permita testar novas propostas de reabilitação, treinar os profissionais da saúde e difundir essa metodologia para todos que necessitam, proporcionar esperança e busca por resultados eficazes às sequelas deixadas para à popu-

lação brasileira acometida pela doença COVID-19”.

O CENTRO DE DESENVOLVIMENTO E TREINAMENTO PARA TECNOLOGIAS E PROCEDIMENTOS DE REABILITAÇÃO DE PACIENTES PÓS COVID-19 será instalado na moderna estrutura do CITESC – (Centro de Inovação e Tecnologia em Saúde) e permitirá recepcionar dezenas de pacientes, diariamente, além de treinar novos profissionais, que serão capacitados a ser multiplicadores das soluções de reabilitação do indivíduo de pós COVID-19 e desenvolvimento de novas tecnologias reabilitadoras.

O Instituto INOVA, criado em 2008, é o gestor desse importante projeto. Conforme destacado pela Presidente do Instituto INOVA, Bruna Boa Sorte, “*desde o início, novas tecnologias para saúde foi um os pilares escolhidos para atuação do INOVA. Seguimos focados na construção de uma sociedade com menos desigualdades sociais, esse deve ser o papel fundamental dos ambientes de inovação no Brasil*”.



Bruna Boa Sorte é
Presidente Instituto
Inova.

Contato: e-mail:
presidencia@institutoinova.org.br

Instagram:

[@instituto_inova](https://www.instagram.com/instituto_inova)

Site: www.institutoinova.org.br



Conheça os vencedores do Prêmio Band Cidades Excelentes do Estado de São Paulo

Iniciativa do Grupo Bandeirantes e do Instituto Aquila reconheceu as melhores gestões públicas municipais

O Prêmio Band Cidades Excelentes anunciou os vencedores do estado de São Paulo no dia 20 de outubro, em um evento na sede do Grupo Bandeirantes em São Paulo. A premiação, apresentada pelos jornalistas Lana Canepa e Marco Antonio Sabino, foi transmitida ao vivo no ca-

nal da emissora no YouTube também no último domingo, na Band São Paulo.

A Associação Paulista de Municípios (APM) é parceira do evento e foi representada na cerimônia pelo seu presidente Fred Guidoni, que enalteceu a competição de alto nível. “Através do incentivo

e criação deste prêmio, o Grupo Bandeirantes e o Instituto Aquila puderam potencializar a gestão pública. A Associação Paulista de Municípios não poderia deixar de apoiar esta iniciativa e esperamos que as cidades que não apresentaram seus projetos o façam para que no próximo ano

possam ser agraciadas com este prêmio tão importante que, no final das contas, eleva a qualidade de vida em nosso estado”.

O encontro contou também com a presença de João Carlos Saad, presidente do Grupo Bandeirantes de Comunicação; Raimundo Godoy, presidente executivo do Instituto Aquila; Marco Vinholi, secretário de Desenvolvimento Regional do estado de São Paulo; Cleber Mata, secretário estadual de Comunicação; Itamar Borges, secretário de Agricultura e Abastecimento de São Paulo e mais de 30 prefeitos.

“Isso aqui é um sonho antigo. Esse projeto começou há mais de uma década com a ideia de premiar o gestor público, esse abnegado ser humano, político profissional, que eu prezo muito. Sou neto de político. Meu avô entregou sua vida ao estado de São Paulo, sendo governador três vezes e prefeito. Eu acompanhei sua luta para transformar São Paulo em um país e sei que ele conseguiu deixar as bases para o estado ser essa potência que é hoje”, discursou João Carlos Saad.

“Há 13 anos, chamei o Raimundo Godoy, presidente do Instituto Aquila, e convidei os prefeitos eleitos das capitais para um almoço onde colocamos a ideia de fazer esse prêmio que seria o Oscar da Gestão Pública. Tivemos que organizar e padronizar os planos de contas das prefeituras para poder compará-las. Depois



de muito esforço, o projeto saiu do papel e vem sendo testado há quatro anos. Esse material é de uma riqueza ímpar porque com ele você consegue enxergar a situação de cada município. As autoridades podem usar a ferramenta a qualquer momento para descobrir em qual área precisam investir mais, por exemplo. Apoiar as boas ideias será uma tradição do Grupo Bandeirantes porque todo o conhecimento é fruto de aprendizado”, destacou.

A iniciativa do Grupo Bandeirantes de Comunicação e do Instituto Aquila tem como objetivo reconhecer, fomentar e incentivar a prática da gestão pública para melhorar a realidade dos 5.570 municípios brasileiros. O instrumento empregado na avaliação é o Índice de Gestão Municipal Aquila (IGMA), que utiliza con-

ceitos de big data e reúne as informações públicas mais atualizadas de todas as cidades do país. Essa plataforma é estruturada com base em Inteligência Artificial, que a partir de um algoritmo, consolida resultados de indicadores em uma única nota final. *“Depois de muita pesquisa, descobrimos que a excelência vem do setor público e o setor privado acompanha. A partir daí, decidimos levar os esforços para todas as cidades e, depois de 13 anos, conseguimos entregar um produto simples e funcional para ser utilizado por qualquer pessoa. Nosso legado é fornecer dados a todos os municípios brasileiros sem nenhum tipo de manipulação. O sucesso e o fracasso são temporários, mas o trabalho é contínuo, por isso continuaremos pesquisando para trazer novidades ano após ano”,*



ênfatiçou Godoy.

Representando o governador João Dória no evento, Marco Vinholi, secretário de Desenvolvimento Regional do estado de São Paulo, elogiou a iniciativa. *“O trabalho do Grupo Bandeirantes, representado nesta premiação, cumpre um papel fundamental dentro da nossa sociedade. É uma ferramenta para que os municípios possam se aperfeiçoar cada vez mais, aprender um com o outro, replicar práticas bem-sucedidas e melhorar a vida da população. O prêmio traz o sucesso na gestão pública, mas também encoraja todos os gestores do estado de São Paulo a perseguirem a melhoria dentro da sua prefeitura”.*

Todos os municípios, inscritos automaticamente, foram agrupados em três categorias de acordo com o porte da população local.

Três cidades de cada categoria ocuparam o ranking em cada um dos cinco pilares de avaliação,

Infraestrutura e Mobilidade Urbana

Acima de 100 mil habitantes:

Americana (nota: 79,61)

Entre 30 e 100 mil habitantes:

Jales (nota: 79,63)

Menor que 30 mil habitantes:

Pontes Gestal (nota: 86,13)

Saúde e Bem-Estar

Acima de 100 mil habitantes:

Franco da Rocha (nota: 63,90)

Entre 30 e 100 mil habitantes:

Amparo (nota: 76,42)

Menor que 30 mil habitantes:

Santana da Ponte Pensa (nota: 81,04)

Eficiência Fiscal e Transparência

Acima de 10 mil habitantes:

Santana de Parnaíba (nota: 90,54)

Entre 30 e 100 mil habitantes:

Ilhabela (nota: 90,76)

Menor que 30 mil habitantes:

Bady Bassitt (nota: 89,86)

Desenvolvimento Socioeconômico e Ordem Pública

Acima de 100 mil habitantes:

Indaiatuba (nota: 82,44)

Entre 30 e 100 mil habitantes:

Cerquillo (nota: 85,16)

Menor que 30 mil habitantes:

Turmalina (nota: 93,73)

Educação

Acima de 100 mil habitantes:

Indaiatuba (nota: 90,62)

Entre 30 e 100 mil habitantes:

Cerquillo (nota: 92,05)

Menor que 30 mil habitantes:

Cruzália (nota: 91,91)

*Além das premiações nos cinco pilares, o Prêmio Band Cidade Excelentes destacou a cidade de **São Bernardo do Campo**, que enviou 30 projetos inovadores para avaliação.*

Prêmio principal (IGMA)

Para uma cidade ser considerada excelente, ela precisa ter um equilíbrio entre todos os pilares apresentados. Por isso, além dos ganhadores mencionados acima, houve ainda uma premiação principal aos três municípios que tiveram um conjunto de iniciativas mais interessantes dentro do seu grupo populacional. Indaiatuba venceu na categoria acima de 100 mil habitantes, com 77,52 pontos; Fernandópolis foi a campeã na categoria entre 30 e 100 mil, somando 75,14 pontos; e Nuporanga faturou o prêmio na categoria menor que 30 mil, contabilizando 77,75 pontos.

No mês de novembro, a etapa nacional da premiação será realizada em Brasília (DF). O evento irá eleger as três melhores cidades do país em cada pilar considerando o grupo populacional filtrado na fase estadual. Ao todo, 18 vencedores receberão o troféu.

A empresa Garimpo Soluções avaliou os projetos qualitativos enviados pelos municípios. O prêmio conta ainda com auditoria externa feita pela empresa BDO Brazil.

Sobre o Prêmio

O Prêmio Band Cidades Exce-



ção e projetos que tenham como objetivo melhorar a vida das pessoas. A metodologia utilizada está detalhada no livro “Cidades Excelescentes: Gestão que

transforma a realidade dos municípios brasileiros”, publicada em 2021 e disponível no site www.cidadesexcelescentes.com.br.

GESTÃO DE RISCOS DE DESASTRES NATURAIS

Por Agostinho Tadashi Ogura; Denis Bruno Viríssimo; Ros Mari Zenha; Vinicius Queiroz Veloso*

As cidades brasileiras precisam investir, cada vez mais, em iniciativas que tornem as comunidades sustentáveis e que permitam às pessoas que nelas moram terem melhor qualidade de vida.

O Brasil tinha cerca de 11,4 milhões de pessoas vivendo em favelas segundo o Censo 2010 (IBGE, 2017).

A publicação “População em áreas de risco no Brasil”, elaborada pelo IBGE em cooperação com o Centro de Monitoramento

e Alertas de Desastres Naturais (CEMADEN), registra que mais de 8 milhões de pessoas moram em regiões sujeitas a enchentes, inundações e deslizamentos, em territórios comumente denominados de áreas de risco de desastres naturais (IBGE, 2019).

Diante da dimensão social dos números apresentados, a Gestão de Risco de Desastres Naturais (Disaster Risk Management) se torna uma ferramenta de Política Pública crucial para direcio-

nar ações que possam impactar positivamente na vida de milhões de pessoas.

Este artigo pretende, de forma simples e direta, mostrar como realizar a Gestão Municipal de Risco de Desastres Naturais, com base em um roteiro de Gestão de Risco, de fácil entendimento, baseado numa sequência lógica de três atividades: (i) Identificação de Perigos; (ii) Análise de Riscos; e (iii) Definição e Implantação de Medidas de Redução de Riscos.

1. Identificação de Perigos

Esta atividade refere-se aos trabalhos de reconhecimento, identificação e caracterização de perigos ou ameaças. Os produtos dessa etapa, de espacialização de terrenos potencialmente perigosos, geralmente são apresentados na forma cartográfica, em formato digital. A *Figura 1* apresenta exemplo de mapa indicando os locais mais ou menos suscetíveis a processos de movimentos gravitacionais de massa e inundações em um dado território. Dados de mapeamentos dos municípios críticos aos perigos ge-

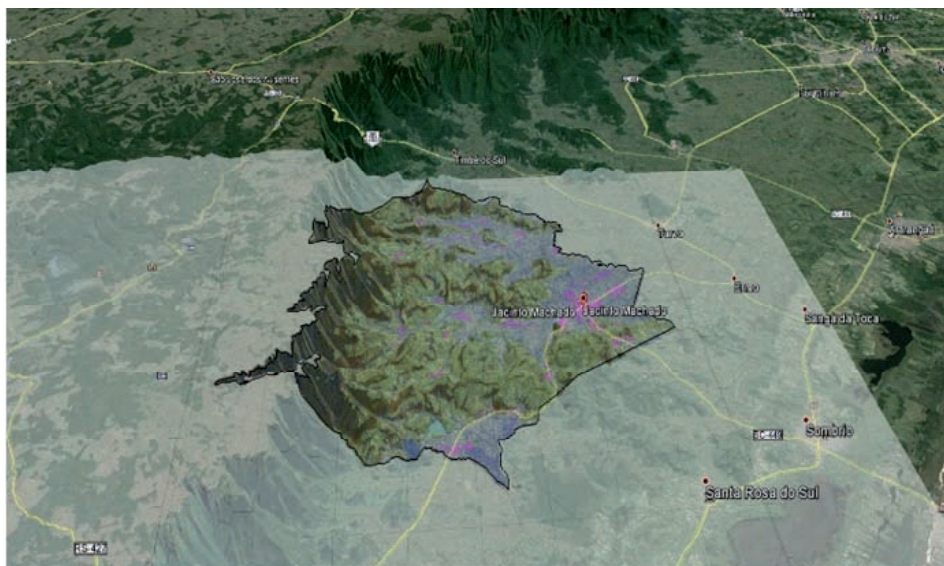


Figura 1 – Mapa onde se reconhece as condições dos terrenos mais ou menos sujeitos a processos de escorregamentos e inundações no território de Jacinto Machado – SC. Fonte: IPT.

ológicos e hidrológicos com a indicação de terrenos suscetíveis a deslizamentos, enchentes, inundações e corridas de massas estão disponibilizados pelo Serviço Geológico do Brasil (CPRM, 2021). A identificação e caracterização dos perigos é assim passo inicial importante nos trabalhos de Gestão de Risco.

2. Análise de Risco

O trabalho de análise de risco consiste na identificação e caracterização das áreas e dos cenários de risco presentes em uma localidade, sujeita a um determinado tipo de processo com dada severidade, e onde há um tipo e forma de uso e ocupação do solo, com vulnerabilidades específicas. Assim, a grosso modo, a análise de risco é feita a partir da análise entre a suscetibilidade dos terrenos a um dado processo identificado e a vulnerabilidade das ocupações humanas presentes, gerando diferentes cenários potenciais de risco. As Figuras 2, 3, 4 e 5 ilustram diferentes situações de risco de desastres naturais associados aos perigos geológicos e hidrológicos. Compete a profissionais analistas de risco, que entendem desses processos, estabelecer os devidos parâmetros e critérios para caracterização, descrição e mensuração dos riscos. Os estudos de análise de risco podem ser realizados para diversas situações e objetivos específicos e possibilitam obter conhecimentos dos riscos em cada área estudada, de forma a possibilitar a **definição das medidas mais adequadas de redução de riscos para a prevenção de acidentes.**



Figura 2 - Área de risco muito alto para deslizamentos. (BRASIL, 2007)



Figura 3 - Área de risco muito alto de inundação. (BRASIL, 2007).



Figura 4 - Inundação da cidade de São Luís de Paraitinga (IPT, 2021).



Figura 5 - escoamento concentrado das águas pluviais (BRASIL, 2007).

3. Definição e Implantação de Medidas de Redução de Riscos

Esta etapa de definição e implantação de medidas de redução de riscos consiste nas ações de gestão para redução de riscos propriamente ditas. Há dois grandes grupos de ações para a redução de riscos: as medidas de natureza estrutural e as medidas de natureza não-estrutural.

As medidas de natureza estrutural abrangem intervenções físicas para evitar ou reduzir os possíveis impactos das ameaças. As Figuras 6 e 7 mostram intervenções estruturais de redução de risco com a construção de moradias para relocação da população ribeiri-

nha da antiga Favela do Gato na foz do Rio Tamanduateí junto ao rio Tietê.



Figura 6 - Exemplo de medida estrutural com a construção de moradias. (PEABIRU, 2003).



Figura 7 - Exemplo de medida estrutural com a eliminação da área de risco de inundação e relocação da ocupação ribeirinha. (PEABIRU, 2003).

Os Planos Municipais de Redução de Riscos (PMRR) são exemplos de Planos de Gestão de Riscos que abrangem tanto as medidas de natureza estrutural quanto as de caráter não estrutural. A Figura 8 mostra concepção de solução estrutural do Plano de Ações Estruturais do PMRR de Salvador (Rocha, 2021), cujo objetivo é desenhar soluções factíveis de natureza estrutural que além de reduzir os riscos ajudam sobremaneira a melhorar as condições habitacionais e de infraestrutura urbana de comunidades carentes. As medidas não estruturais compreendem as que não envolvem intervenções físicas e comumente consistem de ações de convivência com o risco. Planos de Contingência baseados em sistemas de monitoramento e alerta precoce da possibilidade de ocorrência de fenômenos perigosos, que possibilitam ações de proteção civil antes do desenvolvimento desses processos, são exemplos de medidas de natureza não estrutural. No Brasil, os Planos Preventivos de Defesa Civil - PPDC, que monitoram as condições de chuvas

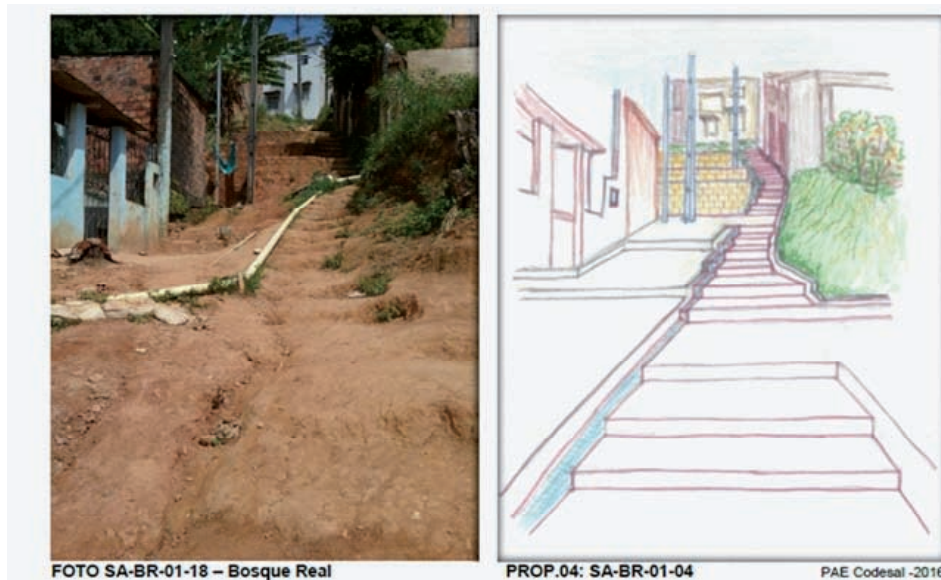


Figura 8 – Indicação de soluções de melhorias urbanas do Plano de Ações Estruturais do Bosque Real, do Plano Municipal de Redução de Riscos de Salvador, BA. (CODESAL, 2021).

potencialmente críticas para a deflagração de escorregamentos, são um exemplo de medida não estrutural bem sucedida. O Plano Preventivo de Defesa Civil de escorregamentos do Estado de São Paulo tem sido operado em mais de 170 municípios paulistas e irá completar esse ano 33 anos de operação ininterrupta (FIPT, 2018). O uso da computação e da mineração de dados como ferramenta de apoio à gestão de riscos tem se intensificado nas últimas décadas. Riscos de desastres naturais são, por natureza, difíceis de medir, avaliar e monitorar, uma vez que dependem da organização, modelagem, aquisição e cruzamento de diversos dados e parâmetros. Neste sentido, a computação aplicada pode fornecer subsídios para que estas atividades sejam executadas de forma automática, permitindo que técnicos e pesquisadores possam priorizar a realização de investigações, monitoramentos e ações

de gestão dos riscos. A Figura 9 mostram imagens do software especialista Niagrisk, desenvolvido pelo IPT (Viríssimo et al, 2014), para monitoramento das áreas de risco de escorregamentos com acompanhamento das condições meteorológicas em tempo real e visualização espacial dos níveis de risco segundo a lógica operacional do PPDC, numa escala de setores de risco.

A diferenciação espacial dos níveis de risco permite otimizar a tomada de decisão de ações preventivas pelas prefeituras municipais. O software mostra dinamicamente o que pode ocorrer em um determinado local, quando da incidência e a previsão de fortes chuvas, por meio de imagens em painéis de controle e dashboards customizados na plataforma operacional do Niagrisk.

Além do desenvolvimento de ferramentas digitais de análise dinâmicas mudanças nas condições de perigo impostas pela incidência das

chuvas, o IPT tem trabalhado no desenvolvimento de sensores simples e de baixo custo, para detecção de sinais de movimentação nas encostas (Upsensor, 2017), que possam ser úteis para avançar no alerta precoce.

A atuação do IPT na gestão de risco de desastres naturais é feita pela somatória de competências e conhecimentos multi e interdisciplinares. Essa forma de atuação permite criar modelos metodológicos e produtos de referência técnica para Políticas Públicas de Gestão de Risco (BRASIL, 2007), bem como soluções customizadas que sejam aderentes com as necessidades e diferentes condições dos municípios.

É urgente o Poder Público estar

atento para que nossas cidades estejam preparadas para enfrentar esses desafios, considerando que o adensamento no espaço urbano, informal e precário, promete continuar. São desafios transversais e complexos e o Poder Público deve buscar soluções inovadoras para a melhoria desses assentamentos urbanos precários, diminuindo a vulnerabilidade da população de baixa renda nas cidades do Estado de São Paulo.

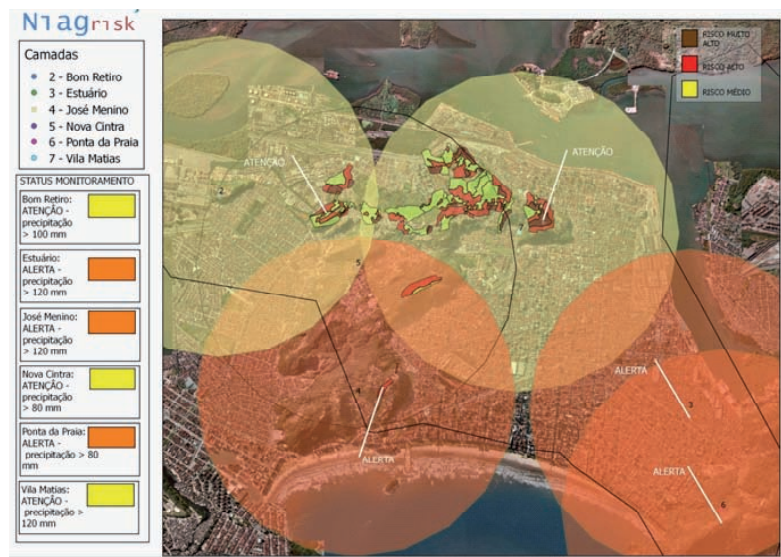


Figure 9 – Painel visual do Software Niagrisk com círculos com distintos riscos de iminência de ocorrer processos perigosos por conta dos acumulados de chuva precipitada. Destaque para a localização das áreas de risco de escorregamentos. Território dos morros da cidade de Santos, SP.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Ministério das Cidades; IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas (2007) “Mapeamento de riscos em encostas e margem de rios”. Ministério das Cidades e IPT – Instituto de Pesquisas Tecnológicas, Brasília. Disponível em: <<http://planodiretor.mprs.mp.br/arquivos/mapeamento.pdf>> Acesso em: 10 de nov.2021.

CODESAL – DEFESA CIVIL DE SALVADOR. Plano Municipal de Redução de Riscos – PMRR” Disponível em: <<http://www.codesal.salvador.ba.gov.br/index.php/voluntariado/8-menu-principal>> Acesso em: 10 de nov. 2021.

CPRM – COMPANHIA DE PESQUISAS DE RECURSOS MINERAIS. “Cartas de Suscetibilidade a Movimentos Gravitacionais de Massa e Inundações.” Disponível em: <<http://www.cprm.gov.br/publique/Gestao-Territorial/Prevencao-de-Desastres/Cartas-de-Suscetibilidade-a-Movimentos-Gravitacionais-de-Massa-e-Inundacoes-5379.html>> Acesso em: 10 de nov.2021.

FIPT – FUNDAÇÃO DE APOIO AO INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS, “PPDC-PLANO PREVENTIVO DE DEFESA CIVIL”. 2018. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gVfcVmlAMGs>> Acesso em 10 de nov. 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “Aglomerados Subnormais”. IBGE, Rio de Janeiro, 2017. Disponível em: <<https://censos.ibge.gov.br/2012-agencia-de-noticias/noticias/15700-dados-do-censo-2010-mostram-11-4-milhoes-de>

pessoas-vivendo-em-favelas.html> Acesso em: 10 de nov. de 2021.

IBGE – INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. “Aglomerados Subnormais”. IBGE, 21 de dezembro de 2011, atualizado em 17 de maio de 2019. Rio de Janeiro, 2019. Disponível em: <<https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-sala-de-imprensa/2013-agencia-de-noticias/releases/21565-em-2010-brasil-tinha-8-3-milhoes-de-pessoas-morando-em-areas-com-risco-de-desastres-naturais>> Acesso em: 10 de nov. de 2021.

IPT – INSTITUTO DE PESQUISAS TECNOLÓGICAS DO ESTADO DE SÃO PAULO S.A. “Você sabia? Que o IPT ajudou no atendimento e reconstrução de São Luiz do Paraitinga após a enchente?” Disponível em: <<http://www.ipt.br/institucional/campanhas/18.htm>> Acesso em: 10 de nov. 2021.

PEABIRU. “Parque do Gato – Produção do Espaço”. 2003. São Paulo. Disponível em: <http://www.peabirutca.org.br/?painel_projetos=parque-do-gato> Acesso em: 10 de nov. 2021.

Rocha, G.M.N. “Análise da atuação preventiva da prefeitura municipal de Salvador-BA sobre

as áreas de risco a partir da adequação às orientações do Ministério da Integração Nacional, correspondentes às determinações preventivas da Política Nacional de Proteção e Defesa Civil, entre 2016 e 2020” - Salvador, 2021. 93 fls. Trabalho de TCC (Graduação - Urbanismo) - Universidade do Estado da Bahia. Departamento de Ciências Exatas e da Terra. Campus I. 2021. Disponível em: <<http://www.saberaberto.uneb.br/bitstream/20.500.11896/1810/1/TCC.pdf>> Acesso em: 10 de nov. 2021. Upsensor. “S.A.M. - Monitoramento de encostas”. 2017. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=dBPqXqKcsQQ0>> Acesso em 10 de nov. 2021.

Viríssimo, D. B.; Russo, M. C.; Ogura, A. T.; Corsi, A. C. “NIAGRISK: gestão de risco de desastres naturais”. In: **WORKSHOP DE COMPUTAÇÃO APLICADA À GESTÃO DO MEIO AMBIENTE E RECURSOS NATURAIS**, 5: 2014, Brasília. Anais... 4p. (Evento ocorrido no 34. Congresso da Sociedade Brasileira de Computação, 2014, Brasília). Disponível em: <<https://sol.sbc.org.br/index.php/wcama/article/download/10912/10782>> Acesso em 8 de nov. 2021.

Agostinho Tadashi Ogura é geólogo e pesquisador da Seção de Investigações, Riscos e Gerenciamento Ambiental do Centro de Cidades, Infraestrutura e Meio Ambiente – SIRGA/CIMA/IPT; Denis Bruno Viríssimo é engenheiro de software e pesquisador de Tecnologias Digitais – TD/IPT; Ros Mari Zenha é geógrafa e pesquisadora do Centro de Habitação e Edificações – HE/IPT; Vinícius Queiróz Veloso é geógrafo e pós graduando do Instituto de Geociências da UNESP de Rio Claro e ex-estagiário do IPT.



POLÍTICA NO MUNICÍPIO: A BASE DA CONVIVÊNCIA HUMANA

Por Yeda Crusius

Sabemos, desde o início dos tempos, que está no município a fonte primeira de que bebe a convivência humana. Se a água é boa, tudo o mais decorre. Estamos passando pelo teste de adaptação ao novo ciclo. A pandemia do coronavírus mudou a vida das pessoas. Em cada município a comunidade e seus líderes políticos tiveram que lidar com o desafio de conviver com um novo vírus que matou centenas de milhares de brasileiros. As mudanças que

estavam meio escondidas no dia a dia da sobrevivência vieram à tona de modo rápido. No mundo todo o “*fique em casa*” foi um pedido de tempo para as autoridades investirem na fabricação da vacina, na adaptação dos sistemas de saúde, enquanto preparavam o “novo normal”. Toma tempo.

Para poupar vidas enquanto isso fomos forçados a trabalhar em casa, ensinar e aprender à distância, fechar igrejas e restaurantes, proibir festas e jogos, fabricar

máscaras, usá-las. Perdemos rápido milhares de médicos e enfermeiros que atendiam os doentes, e idosos nas casas de convívio. Milhões ficaram desempregados. O isolamento fez explodir a rede de entregadores em casa. Sobrevivemos pela tecnologia digital, a internet, forçando as pessoas a fazerem de seus celulares o seu meio de ligação com o mundo. Para tele-consultas, para receber o Auxílio Emergencial, para reunir famílias separadas.



Mas a tecnologia nunca é neutra. A concentração do poder e da riqueza nas mãos dos donos das mídias é clara, e requer que enfrentemos as consequências negativas dessa concentração. Está na moda agora falar de “metaverso”, desde que o criador do Facebook, Marc Zuckerberg, decidiu trocar para “Meta” o nome da empresa Facebook, que detém o Instagram, o Whatsapp, concentradas numa só. Em parte, o dono do Facebook faz isso para escapar da imagem de empresa fábrica de fakenews, manipuladora de desejos, de apropriação de dados pessoais para fins comerciais e eleitorais.

O Facebook e seus pares, que são as empresas de tecnologia, tem respondido a processos em que são acusadas de manipular pesso-

as para conquistar essa concentração. É preciso que se submetam às regras republicanas, decididas pela Política, e não estraguem a mágica convivência das sociedades humanas que ali nos municípios se organizam.

Pude aplicar o valor do municipalismo governando o RS – estado de muitos municípios pequenos e organizados, fonte dos melhores resultados em qualidade de vida. E de responsabilidade fiscal, que mostra o cuidado do governante com o dinheiro público. Reverti décadas do déficit fiscal gaúcho porque todas as políticas públicas foram municipalizadas. Trabalhei com prefeitos e os vereadores de todos os partidos, que usam o dinheiro público para conseguir os melhores resultados para seu povo.

Para plantar mais qualidade de vida, não há máquina que substitua a liberdade e a convivência democrática para a boa colheita. A sociedade decide suas prioridades, expressas pelo povo livre, sem manipulação. O Primeiro Setor – poderes Executivo, Legislativo, e Judiciário – deve representar tanto o Segundo Setor - as empresas, quanto o Terceiro Setor, a sociedade organizada. Por isso, ao trabalho. Não vamos nos dispersar. Precisamos ir criando as condições de adaptação a estes novos tempos, e melhorar a qualidade de vida. A pandemia vai passar.



Yeda Crusius. Presidente do PSDB Mulher, ex Governadora do RS

O Direito Sancionador posto à prova: incidência retroativa da norma mais benéfica em Improbidade Administrativa

Por Renata Fiori Puccetti*

O início de vigência da Lei nº 14.230 traz algumas instigações imediatas. A abolição da modalidade culposa – tomando aqui, por base, o entendimento jurisprudencial dominante – a extinção de alguns tipos infracionais e a expressa impossibilidade de enquadramento direto de comportamentos no caput, do artigo 11 (a famigerada categoria de improbidade decorrente de violação a princípios), dentre outras modificações legislativas conchama a comunidade jurídica a debruçar-se sobre a incidência do novo regime sobre fatos pretéritos. Se não há dúvidas quanto à inimaginável retroação de novos tipos, permeia o debate acadêmico a incidência das novas disposições sobre o passado. Antes de tudo: é claro que a su-

pressão de alguns tipos não torna automaticamente lícitos certos comportamentos.

A “desclassificação” como atos de improbidade administrativa não atinge a disciplina normativa e a sólida construção doutrinária sobre os pressupostos de validade (ou requisitos, ou elementos, a depender da terminologia adotada pelo jurista) dos atos administrativos, atingindo, tão somente, a punibilidade nos termos da LIA. Em outras palavras, desde sempre, um ato comissivo ou omissivo pode ser inválido perante a ordem jurídica (praticado em desconformidade), mas não necessariamente punível.

A discussão, portanto, deve ser orientada por essa premissa e com o cuidado de não se confundir a supressão da improbidade com a

legalidade do ato, até porque há consenso de que improbidade não é, nem nunca foi, sinônimo de ilegalidade, de modo que a extinção de tipos dessa categoria, por inafastáveis lógica e coerência, não significam conformidade.

Trata-se, pois, de atipicidade superveniente que compele a produção de efeitos retroativos em nome da equidade. Sobre o tema, algumas breves considerações:

O jus puniendi estatal funda-se na posição de superioridade do Estado, no mister de organizar a vida em sociedade, por meio de normas guarnecidas de força coercitiva, sob pena de torná-las inócuas, dada a inquieta natureza humana. Não conhecemos dissenso acerca da possibilidade de constatação de infrações e sanções de diferentes naturezas, conforme o regime jurídico que lhe é aplicável; não se podendo afirmar o mesmo, contudo, em relação à existência ou não de uma matriz comum a todas elas, além do fato de descenderem do jus puniendi estatal. Quanto a este ponto, isto é, quanto a uma suposta unidade do jus puniendi estatal, tal entendimento deriva da constatação da inexistência de diferença ontológica entre os ilícitos considerados penais ou administrativos, ou como assevera Nelson Hungria, “*a ilicitude é uma só, do mesmo modo que um só, na sua essência, é o dever jurídico,*” entendimento compartilhado por dez entre dez juristas que convergem no sentido de serem, antes de tudo, ilícitos. O adultério. Adultério era tipificado como infração penal

até superveniente descriminalização de tal hipótese, com expressa revogação da lei penal. No entanto, a fidelidade recíproca continua inserida no rol de deveres dos cônjuges, com aptidão a gerar consequências na esfera civil.

Pois bem. As teorias da unidade do jus puniendi estatal tem suas razões históricas, pois as garantias advindas com a implementação do Estado de Direito operaram importantes alterações nas relações entre a Administração e os indivíduos e houve um reclamo para a adoção de toda a principiológica, dantes restrita ao Direito Penal, pelo Direito Administrativo, o que propiciou a teoria de um Direito Penal Administrativo defendido por algumas vozes.

Todavia, a sedimentação das garantias inerentes à noção do próprio Estado de Direito, sobretudo a submissão do Estado ao princípio da legalidade propiciou o amadurecimento das teorias e fizeram surgir o que se concebe por Direito Administrativo Sancionador, erigido sem emprestar elementos de outros ramos do Direito. Mais que adequada, a identificação do regime jurídico extraível de cada espécie ou modalidade que deve abranger o bloco de princípios e regras incidentes sobre tais é critério útil para a identificação das diversas modalidades de infrações e sanções, assim como o é para a classificação dos mais va-

riados institutos do Direito e até do próprio Direito.

O reconhecimento dos vários regimes jurídicos incidentes sobre os atos ilícitos não impede que se encontrem pontos de coincidência de princípios e de limites à atividade sancionatória estatal, em razão da matriz comum constitucional. Nesse sentido, muito embora extraíveis do texto constitucional em dispositivos que fazem referência à “norma penal”, não são exclusivos desse ramo do direito, pois decorrem do princípio fundamental do Estado de Direito, dispensando literalidades a incidência de princípios que regem toda manifestação do poder sancionatório estatal.

E a toada conduz à percepção segundo a qual direitos e garantias fundamentais devem ser maximizados e não confinados, afirmação que convida à análise do disposto no artigo 5º, inciso XL, da nossa Constituição: “a lei penal não retroagirá, salvo para beneficiar o réu”. É a prevalência da lei mais benéfica ou novatio legis em mellius. Um postulado que traz equidade e justiça diante de alterações legislativas. Estribase na aceção material do devido processo legal, com ênfase na igualdade perante e na lei. Orienta-se pela necessidade de decisão justa, proporcional e coerente.

Daí é que tal garantia não está aprisionada num ramo específico do

Direito. Seu alcance, justamente pelo fato de consubstanciar-se em garantia fundamental desborda do limitado Direito Penal, incidindo no aludido direito sancionatório em suas várias manifestações e há razões bastantes para isso. A bem dizer, o pressuposto de alterações legislativas que retiram do ordenamento jurídico certas infrações deriva da evolução do sistema normativo de repressão de comportamentos antissociais baseados em decisão dos povos, por meio de seus legisladores.

É evidente que ao exame dos variados bens jurídicos protegidos pelas normas repressivas e sancionatórias pode-se constatar escalas diferentes de grandeza, de modo a não haver dúvidas quanto a máxima proteção da vida, liberdade e dignidade. A proteção da vida entre nós é intensa a ponto de não se admitir pena de morte. A liberdade também não pode ser tolhida em caráter perpétuo e nossa Carta veda penas cruéis, de banimento e trabalhos forçados.

Emerge, assim, a ideia de que a finalidade das sanções, de modo geral, não é o castigo, carregando consigo desideratos pedagógico, de exemplaridade e de proteção à sociedade. Num sentido mediato, a recuperação, ressocialização e reinserção de pessoas em convívio sociais. A escala de proteção desses bens jurídicos e sua primazia não coloca, em absoluto,

outros direitos e liberdades individuais em plano irrelevante. A sociedade é protegida por diversas maneiras, formas e regimes. Assim, quando se afasta um Presidente da República por crime de responsabilidade (infrações político-administrativas), não se mira o homem, mas sim a autoridade e se protege a sociedade, retirando, por incompatível com o interesse público a autoridade do poder, podendo, ainda, inabilitá-la para o exercício de qualquer função pública.

Nesse mesmo sentido, a perda da função pública, a suspensão de direitos políticos e a proibição de contratar com o Poder Público, todas essas previstas na LIA têm finalidades assemelhadas, senão idênticas, e devem ser reconhecidas como sanções de enorme severidade, máxime num Estado Democrático de Direito em que direitos políticos têm intenso valor e em que o acesso a funções públicas, em regra, são precedidos de procedimentos que asseguram igualdade de participação e/ou escolha direta do povo. Por paralelismo e coerência, a permanência no exercício das funções e gozo de direitos políticos devem ser vigorosamente asseguradas, salvo por situações excepcionais, estas racionalmente selecionadas pelo legislador, visando a manter um equilíbrio entre ingresso e saída. Retornando aos bens tutelados pela lei, veja-se o disposto no artigo inaugural da lei: “O sistema de responsabilização por atos de improbidade administrativa tutelar a probidade na organiza-

ção do Estado e no exercício de suas funções, como forma de assegurar a integridade do patrimônio público e social...” e ainda, o reforço redundante do parágrafo quinto: “*Os atos de improbidade violam a probidade na organização do Estado e no exercício de suas funções e a integridade do patrimônio público e social dos Poderes Executivo, Legislativo e Judiciário, bem como da administração direta e indireta, no âmbito da União, dos Estados, dos Municípios e do Distrito Federal*”. Em importante e crucial convergência que sustenta a incidência retroativa da norma mais benéfica ao acusado/condenado, o disposto no parágrafo quarto do mesmo artigo 1º: “*Aplicam-se ao sistema da improbidade disciplinado nesta Lei os princípios constitucionais do direito administrativo sancionador.*”

Ou seja, da própria reforma legislativa, a expressa incidência dos princípios gerais de Direito Administrativo Sancionador, ora em intenso foco, mas com tenra atenção da comunidade jurídica brasileira, falecendo razões, portanto, para amesquinamento do alcance de uma garantia fundamental. Há que se lembrar, ainda, de uma das normas fundantes de todo ordenamento pátrio, integrante da

LINDB (Decreto-Lei 4.657/42), em seu artigo 5º, de acordo com o qual, “*na aplicação da lei, o juiz atenderá aos fins sociais a que ela se dirige e às exigências do bem comum*”. Conquanto repleto de conceitos vagos, parece-nos claro que a teleologia da norma converge para a mesma conclusão: sim, as normas de direito material trazidas pela Lei 14.230/21 mais benéficas devem retroagir, culminando em extinção de processos por ausência (superveniente) de tipicidade e de condenações (extensão inafastável do postulado da prevalência da norma mais benéfica). O que nos parece óbvio - tal como pareceu ao Senado quando do surgimento e abandono da proposta de inclusão de um dispositivo expresso nesse sentido, exatamente por ser óbvia a incidência retroativa e, portanto, desnecessário o dispositivo – não parece ser e, muito em breve, a sociedade conhecerá a posição que prevalecerá em nossas Cortes.

Delas, o que se espera é a racionalidade e o destemor quanto a efeitos não jurídicos da antipatia popular, num momento histórico e cultural de desumanização de agentes públicos e de “alta” de anseios de punitivismo do espetáculo. Que brilhem os direitos e garantias fundamentais.



Renata Fiori Puccetti

é advogada-sócia em Biazzo Simon Advogados, mestra e especialista em Direito Administrativo pela PUC/SP, professora de Direito Administrativo, Controle e Sistemas Anticorrupção na PUC/SP e vice-presidente da Comissão Especial de Direito Administrativo da OAB/SP.

O mito da reforma da Lei de Improbidade

Isabela Giglio*

age dessa forma não pode ser apenado por improbidade. Para isso existem outras leis com previsão de responsabilidade administrativa, civil e criminal, sendo disparate falar em impunidade. Por isso, o STJ, ao se referir à Lei de Improbidade, já decidiu que “a Lei alcança o administrador desonesto, não o inábil” (Resp. n.º 213.994).

A situação anterior, que admitia a improbidade na modalidade culposa, colocava os bons gestores em situação de extrema vulnerabilidade e contribuía para a multiplicação de inquéritos e de ações judiciais, o que acabou por afugentá-los da Administração Pública, que deles tanto necessita. Por isso, a reforma veio tarde. Mas espera-se que, com ela, o cenário de injustiças que se fazia presente seja alterado, conferindo ao bom gestor o mínimo de tranquilidade para o desempenho de suas atividades.

É preciso desmistificar a reforma. Ela representa um grande avanço para a realização da Justiça. Aos desonestos de plantão, a Lei continua a servir como um importante instrumento de repressão e continuará sendo um mecanismo para a busca da moralidade na Administração Pública.

É um erro crasso afirmar que a reforma da Lei de Improbidade Administrativa assegura impunidade aos políticos no país, o possível ouvir vez ou outra.

Ao contrário: a Lei de Improbidade se mantém como um importante e rigoroso instrumento de combate à corrupção do qual decorre a imposição de severas penas aos desonestos de plantão.

Mas a reforma era necessária. Se, por um lado, a Lei serviu para, de fato, combater a corrupção ao longo dos seus 29 anos de vigência, por outro a sua aplicação prática mostrou que a utilização de alguns conceitos que dela constavam de maneira equivocada causou transtornos irreparáveis.

Um exemplo disso é que antes da reforma, mesmo que não houvesse dolo na conduta, o agente poderia ser penalizado por improbidade, ou seja, se admitia improbidade na modalidade culposa. Agora isso mudou e é necessário dolo para a configuração da im-

probidade. Aliás, essa tese já era defendida por nós desde 2010 no livro “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” publicado pela Editora Quartier Latin, que foi o resultado da minha pós-graduação, em que havia sido aprovada com nota máxima. Improbidade significa desonestidade e desonestidade pressupõe consciência. Ou seja: todo desonesto sabe o que está fazendo e tem a vontade de alcançar o resultado, o que traduz o dolo. Nada mais adequado, portanto, que o dolo seja requisito para que o ato de improbidade se caracterize e não a culpa.

Em linhas gerais, a culpa se demonstra por meio da falta de cuidado, da inaptidão, do desconhecimento, da inabilidade. Quem



Isabela Giglio

é advogada, Consultora Jurídica da CONAM – Consultoria em Administração Municipal, especialista em Direito Administrativo e em Direito Processual Civil pela PUC/SP, integrante do Conselho Técnico Multidisciplinar da APM, autora dos livros “Improbidade Administrativa – Dolo e Culpa” e “A Administração Pública e o Terceiro Setor”, e coautora dos livros “O Marco regulatório do Terceiro Setor” e “Vinte Anos de Constituição” (isabela.giglio@conam.com.br).

UMA ANÁLISE DOS 15 ANOS DA LEI MARIA DA PENHA

Violência contra a mulher alcançou o debate público, mas sociedade ainda precisa de mais reação e menos cumplicidade

Homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações. Essa obviedade só passou a integrar nosso ordenamento jurídico em 1988, com a promulgação da atual Constituição da República. Desde então, o Estado levou mais 18 anos para reconhecer que as brasileiras são violentadas sistematicamente em níveis que colocam em risco a sua integridade física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. O principal passo para reposicionar nosso sistema de Justiça diante desse cenário foi a aprovação da Lei Maria da Penha, em agosto de 2006, momento histórico do qual tenho orgulho de ter participado, então como deputado federal. Apesar de o texto normativo representar um pacto social, apro-

vado pelo Congresso, a proteção à mulher só aumenta, de fato, na medida em que os juízes, promotores de Justiça, defensores públicos, delegados e advogados passam a articular os conceitos e dispositivos previstos para tanto. Esse pressuposto, talvez, seja o maior acerto da Lei nº 11.340/2006, que vai muito além de prever sanções mais graves aos agressores, e se preocupa em propor políticas públicas, facilitar o acesso ao Judiciário, aprimorar os operadores do direito, e educar a população sobre o tema. Pesquisa divulgada pelo Fórum Brasileiro de Segurança Pública em agosto de 2021 indica que um quarto das mulheres acima de 16 anos sofreu algum tipo de violên-

cia desde o início da pandemia. O mesmo levantamento apontou ainda que 4,3 milhões de brasileiras foram agredidas com tapas, socos ou chutes, o que representa uma média de 8 mulheres espancadas por minuto no país. Para além de estatísticas —que são pouco precisas quando considerada a subnotificação—, um balanço honesto dos 15 anos de vigência da norma precisa olhar para avanços estruturais e para desafios que surgiram no período. Percebo como motivo de comemoração a divulgação, por parte da imprensa e de campanhas institucionais, da existência de um aparato de atenção e acolhimento às mulheres agredidas. É importante deixar claro que vítimas de

violência doméstica e familiar têm direito a atendimento especializado da autoridade policial e que os magistrados podem determinar medidas protetivas de urgência com o objetivo de garantir a segurança dessas mulheres após a comunicação da ocorrência de qualquer tipo de violência prevista na lei. A confiança no Estado, que tem amparo legal para intervir na relação conjugal, é imprescindível para alguém que teme vingança, se preocupa com os filhos e/ou tem vergonha de expor a intimidade.

Com base nos Arts. 22 e 23 da Lei Maria da Penha, a juíza ou juiz pode impor, de diferentes formas, que o agressor se mantenha afastado da vítima, e pode agir para que essa vítima tenha seus direitos preservados. Em casos extremos, de risco de morte, há, inclusive, abrigos que garantem o básico para que essas mulheres recomecem sua trajetória.

Somente em 2020, as autoridades de segurança pública do país registraram 1.350 vítimas de feminicídio, categoria jurídica criada por lei em 2015 para especificar o assassinato de uma mulher motivado pelo menosprezo ou discriminação de sua condição de gênero. A pena imposta ao criminoso é maior do que a sanção prevista para o homicídio, e aumenta ainda mais se a vítima estiver grávida ou se o crime tiver ocorrido em frente aos filhos ou pais.

Entre os avanços trazidos pela Lei



Maria da Penha, vale citar o fim de situações esdrúxulas em que o agressor era condenado, no Juizado Especial Criminal, a penas de prestação pecuniária que muitas vezes acabavam sendo pagas pela própria vítima. Também ficou bem mais difícil se livrar de um processo penal exercendo pressão sobre a mulher para que se retrate da comunicação feita à polícia. Conforme o art. 16 da norma, a renúncia à representação só pode ocorrer perante um magistrado. Contudo, a popularização desses caminhos oferecidos pela legislação não garante o acesso ao sistema de Justiça, em razão de uma peculiaridade da violência doméstica. O agressor muitas vezes mora com a vítima, possui uma relação de intimidade com ela, e

tenta controlar seus atos por todos os meios possíveis, inclusive pelo domínio financeiro.

É difícil dizer o quanto a violência contra as brasileiras aumentou ou diminuiu nos últimos quinze anos. Mas é certo que o problema rompeu os limites do lar e passou a ser reconhecido no âmbito público. Agressões de diferentes tipos também deixaram de ser banalizadas e hoje suscitam debates importantes para a educação dos homens e empoderamento das mulheres. Sabemos que não é o suficiente. A nós, que convivemos nesse contexto, cabe mais reação e menos cumplicidade.

Dimas Ramalho

Vice-Presidente do Tribunal de Contas do Estado de São Paulo

MULHERES EM DESTAQUE



RM Sorocaba

A Dra. Eleuza Maria da Silva organizou live sobre Construções Públicas Sustentáveis, para municípios da Região Metropolitana de Sorocaba (RMS), com palestra da Dra. Teresa Villac (AGU) e Mesa debatedora composta por Édna Augusto (Pró-Reitora da UFSCar), Anselmo Rolim Neto (RMS), Prefeito Kéke Gonçalves (Capela do Alto) e Marilene Marriottoni (APM).



Caminho do Queijo

O Caminho do Queijo Artesanal Paulista é composto por 12 das mais premiadas queijarias artesanais do estado, entre as quais a Fazenda Santa Luzia, em Itapeitinga. Simone Ap. Curraladas dos Santos é a Prefeita que fez importante ação com a Cia. de Desenvolvimento Habitacional e Urbano (CDHU) de regularização de mutuários na Estância 4 Irmãos.

ODS

A Vereadora Leila Bedani, idealizadora do Projeto “Lixo no Chão



em Itatiba Não” e membro do Grupo Mulheres do Brasil no município, fez live sobre “As Boas Práticas em ODS em Itatiba”, com Nina Orlow e Sônia Martelli, ambas do Movimento Nacional Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) São Paulo.



Carolina Veríssimo

A Prefeita de Reginópolis, Carolina Araújo de Sousa Veríssimo, assinou o importante Programa Rotas Rurais, convênio com o Governo do Estado, determinou a colocação das bandeiras municipal, estadual e nacional nos trevos e está convidando empresas a lá se fixarem, gerando emprego e renda.



Atibaia

A Vereadora Ana Borghi organizou Programação do Outubro Rosa – Quem Ama Sempre se

Cuida! A ex-Vereadora e Coordenadora da Mulher, Gina Piniano foi nomeada Diretora da Escola de Governo na Secretaria de Recursos Humanos. Duas grandes lideranças!



CORECON Mulheres

Ótima live coordenada pela Conselheira Dra. Nancy Gorgulho Braga, do Conselho de Economistas, com Anneli Majuri sobre: Igualdade de gênero, um paradoxo? Princípios de Empoderamento da Mulher da ONU Mulheres.



Márcia Bin

A Prefeita Márcia Teixeira Bin de Souza realizou reunião técnica com a Prodesp para viabilizar a instalação de um Poupatempo em Poá, em prédio que abriga o Núcleo de Atendimento à População (NAP), bem localizado e de fácil acesso aos municípios. Boa conquista!

Priscila Prado

É a Prefeita de Mira Estrela, município que realizou a 6ª Cavalgada Nossa Senhora Aparecida, já

MULHERES EM DESTAQUE



tradicional e concorrida. Também houve ações por ocasião do Outubro Rosa e o curso de artesanato com matéria-prima mista, parceria com Casa de Agricultura, Sindicato Rural de Cardoso, SENAR e FAESP.



Prioridade de Emprego

O Vice-Presidente da APM, Deputado Federal Geninho Zulianni, conseguiu aprovação de seu projeto de lei que prioriza vaga no Sistema Nacional de Emprego (SINE) a mulher vítima de violência.



Tatiana Costa

A Prefeita do município de Lucélia, a Capital da Amizade, determinou a realização de importante capacitação on-line de produtores rurais e pequenos empresários, para poderem vender seus produtos a Governos, parceria Prefei-

tura – Sebrae e Portal de Compras Públicas.



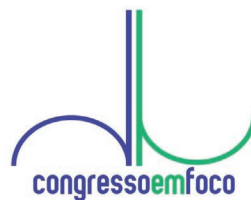
Código

Promulgado pelo Governador João Dória, o Código Paulista de Defesa da Mulher, de autoria do Deputado Thiago Auricchio, unificou todas as leis estaduais de defesa da Mulher.



Saúde - Mulheres e Homens

A Associação Brasileira de Mulheres Médicas realizou o Fórum Internacional ABMM on-line, tratando das diferenças nos tratamentos de doenças entre homens e mulheres na prática clínica, no dia 23 de outubro. Entre as palestrantes: Doutoras Elizabeth Alexandre, Ana Regina Vlainich, Marilene Melo e Francy Patrício.



Prêmio Congresso em Foco

Entre os agraciados, as Deputadas Federais por São Paulo: Luíza Erundina, Sâmia Bomfim e Tába-

ta Amaral. E entre as Senadoras: Simone Tebet, Eliziane Gama, Kátia Abreu e Leila Barros.



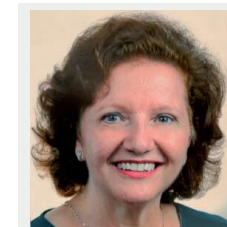
Mulheres na Política

Nessa categoria, o Juri escolheu as Deputadas Federais Tábata Amaral, Joênia Wapichana e Tereza Nelma e as Senadoras Simone Tebet e Eliziane Gama. Pela internet foram escolhidas as Deputadas Luíza Erundina, Tábata Amaral, Jandira Feghali e Maria do Rosário, além da Senadora Simone Tebet.



Casa da Mulher

No Estado de São Paulo, serão 20 unidades, para acolhimento, suporte jurídico e psicológico, qualificação e acessibilidade. A Vereadora Rosa Filippo, de Guaratinguetá, informou que foi feita adesão ao Programa, possível por já terem o Conselho Municipal de Direitos da Mulher, de sua iniciativa.



Marilene Mariottoni
Conselheira da APM

marilenemariotton@uol.com.br



É O NATAL CHEGANDO E 2022 TAMBÉM

Por Dalva Christofolletti Paes da Silva

Demorei a me controlar para escrever o artigo dessa Edição da Revista Municípios de São Paulo, editada pela Associação Paulista de Municípios e da qual tenho a satisfação de ser colunista. Tive vontade de registrar alguns fatos lamentáveis mas pensei: não vou falar sobre isso. Os(as) autores (as) não têm o direito de me tirar a alegria e orgulho que sinto com os ocupantes de cargos eletivos que com dignidade, muito esforço, sacrifícios, coragem e até ousadia, heroicamente conseguiram nessa pandemia que abalou o mundo, cumprir seus compromissos honrando os cargos para os quais foram eleitos. E respeitando os espaços onde exercem as funções conscientes de que representam o coletivo, representam seus eleitores.

Muitos movimentos lutam anos, décadas para buscar espaços e de repente a ocupação deles com fatos indevidos assustam e nos causam surpresas. E consequências. Como alguns órgãos de comunicação – felizmente poucos – têm por princípio registrar indiscriminadamente os fatos – “não separando o joio do trigo-” lamentavelmente é a imagem negativa que fica para os demais segmentos da sociedade que não têm a oportunidade de conhecer o cenário geral desse universo. Mas o NATAL vem aí, reavivan-

do nossa fé. E o novo ano também está chegando.

E que esses dois acontecimentos milenares nos tragam esperança, confiança, vigor e força para a reconstrução da nossa abalada sociedade.

Que a pandemia tenha servido e sirva para despertar nos que não estavam atentos, a solidariedade, a fraternidade, a consciência comunitária e o RESPEITO.

Seguindo a tradição e de coração: os nossos votos de **FELIZ NATAL E PRÓSPERO 2022.**



Dalva Christofolletti Paes da Silva

Relações Públicas da Associação Paulista de Municípios e Presidente do CEAME-Centro de Estudos e Apoio aos Municípios e Empresas e Fundadora e Coordenadora do Movimento de Mulheres Municipalistas da Confederação Nacional de Municípios.

comgas



A energia da Comgás é capaz de impulsionar ainda mais o Estado de São Paulo.

Por onde passa, o gás natural canalizado distribuído pela Comgás transforma a vida de milhões de pessoas, gerando valor para a sociedade, eficiência para os negócios e um novo vetor de desenvolvimento para os municípios.

Com a prorrogação da concessão da Comgás, São Paulo tem a garantia de um novo ciclo de bilhões de reais em investimentos, e a oportunidade de levar essa energia firme, segura e mais limpa a um número ainda maior de pessoas e cidades do interior e do litoral do Estado.

MAIS DE R\$ 20 BILHÕES
DE INVESTIMENTOS

2,3 MILHÕES
DE NOVOS CLIENTES
(dobrando a base atual)

41 NOVOS
MUNICÍPIOS ATENDIDOS
(totalizando 134)

São Paulo precisa de mais energia.
São Paulo precisa de mais Comgás.



PRÊMIO BAND CIDADES EXCELENTES

PARABÉNS AOS VENCEDORES NO ESTADO DE SÃO PAULO

PRÊMIO PRINCIPAL - IGMA GERAL

CATEGORIA	VENCEDOR
Menor que 30 mil hab.	Nuporanga
Entre 30 mil e 100 mil hab.	Fernandópolis
Acima de 100 mil hab.	Indaiatuba

SAÚDE E BEM-ESTAR

CATEGORIA	VENCEDOR
Menor que 30 mil hab.	Santana da Ponte Preta
Entre 30 mil e 100 mil hab.	Amparo
Acima de 100 mil hab.	Franco da Rocha

EFICIÊNCIA FISCAL

CATEGORIA	VENCEDOR
Menor que 30 mil hab.	Bady Bassitt
Entre 30 mil e 100 mil hab.	Ilhabela
Acima de 100 mil hab.	Santana do Parnaíba

INFRAESTRUTURA

CATEGORIA	VENCEDOR
Menor que 30 mil hab.	Pontes Gestal
Entre 30 mil e 100 mil hab.	Jales
Acima de 100 mil hab.	Americana

EDUCAÇÃO

CATEGORIA	VENCEDOR
Menor que 30 mil hab.	Cruzália
Entre 30 mil e 100 mil hab.	Cerquillo
Acima de 100 mil hab.	Indaiatuba

DESENVOLVIMENTO SOCIOECONÔMICO

CATEGORIA	VENCEDOR
Menor que 30 mil hab.	Turmalina
Entre 30 mil e 100 mil hab.	Cerquillo
Acima de 100 mil hab.	Indaiatuba

DESTAQUE PROJETOS INOVADORES

São Bernardo do Campo

O **Prêmio Band Cidades Excelentes** tem ajudado no incentivo à prática da gestão pública nos 5.568 municípios brasileiros. As cidades vencedoras no estado de São Paulo merecem todo o reconhecimento, pois mostraram que somente por meio de boas condutas é possível melhorar a realidade do país. Parabéns!

Para conferir os vencedores em cada estado, acesse
www.band.com.br/cidadesexcelentes

ESSA INICIATIVA É DO TAMANHO DO BRASIL!



BANDEIRANTES